



Marlene Mónica Martins da Silva

**A CRIANÇA ESPECIAL NA ESCOLA REGULAR:
A PRIMEIRA INFÂNCIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

DOMÍNIO DE EDUCAÇÃO E EXCLUSÃO

2012



Marlene Mónica Martins da Silva

A CRIANÇA ESPECIAL NA ESCOLA REGULAR: A PRIMEIRA INFÂNCIA

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, sob a orientação de Professor Doutor Tiago Guedes Barbosa do Nascimento Neves

Resumo

A Educação Especial (EE) tem-se revelado um desafio a nível profissional para os Educadores de Infância (EI) uma vez que se trata de uma área que trabalha a diferença, a igualdade de oportunidades, a inclusão e a escola para todos. O conceito de Necessidades Educativas Especiais (NEE) surgiu da evolução de várias expressões utilizadas ao longo dos tempos. Um aluno com NEE é aquele que evidencia diferenças significativas no que respeita ao binómio capacidade/resultados e, por essa razão, necessita de serviços especiais para atender às suas necessidades educativas.

A elaboração desta dissertação visou estudar as práticas de intervenção utilizadas pelos Educadores de Infância em alunos com NEE. Para tal foram feitas entrevistas semiestruturadas a dez Educadoras de Infância, no concelho de Ovar, distrito de Aveiro, para se conhecer e compreender os métodos de intervenção utilizados com estas crianças na sala de aula.

Pela análise das entrevistas semiestruturadas verifica-se que a maioria das Educadoras de Infância possuem pouca formação superior no que respeita à Educação Especial. No que diz respeito à integração de crianças com NEE na escola regular todas as entrevistadas têm uma opinião positiva, isto porque a integração é um fator que diminui os preconceitos e que permite que todos aprendam a lidar com a diferença e a compreendê-la. A maioria das EI afirma que o sistema de ensino não está adequado para receber crianças com NEE, pelo facto de as escolas não estarem preparadas a nível de estruturas ou recursos humanos. Relativamente à existência de turmas heterogéneas, a maioria das EI tem dificuldades em lidar com esta situação, não pelo facto de existirem crianças com características diferentes, mas sim por existir um grande número de crianças. A planificação das atividades e estratégias é pensada de acordo com o nível de desenvolvimento de cada criança, tendo em conta os seus interesses e necessidades. O acompanhamento das crianças por parte de um profissional de EE é feito dentro das escolas, no entanto por vezes é feito fora da escola, dependendo do nível de NEE de cada criança.

Palavras-chave: Educação, Educação Especial, NEE, Inclusão, Integração.

Résumé

L'Éducation Spéciale s'est révélé un défi au niveau professionnel pour les éducateurs d'enfance car il s'agit d'un secteur qui fonctionne de la différence, l'égalité des chances, de l'inclusion et de l'éducation pour tous. Le concept de besoins éducatifs spéciaux est née de l'évolution des diverses expressions utilisées à travers les âges. Un élève ayant des besoins éducatifs spéciaux est celui qui montre des différences significatives en ce qui concerne le binôme capacité / performance et, par conséquent, besoin de services spéciaux pour répondre à leurs besoins éducatifs.

La préparation de cette thèse vise à étudier les pratiques d'intervention utilisée par les éducateurs de la petite enfance sur les élèves ayant des besoins particuliers. Pour cette appréciation ont été faits des entrevues semi-structurées à dix Enseignants de la Maternelle, Ovar municipalité dans le district de Aveiro, pour connaître et à comprendre les méthodes utilisées pour intervenir auprès de ces enfants dans la classe.

En analysant les entrevues semi-structurées, on peut vérifier que la plupart des Enseignants de la Maternelle ont peu de formation supérieure par rapport à Éducation Spéciale. En ce qui concerne l'intégration des enfants ayant des besoins particuliers dans les écoles ordinaires toutes les personnes interrogées sont positifs, parce que cette intégration est un facteur qui diminue les préjugés et qui permet à chacun d'apprendre à composer avec les différences et les comprendre. La plupart des EI affirme que le système éducatif n'est pas adapté aux enfants ayant des NEE de réception, parce que les écoles ne sont pas prêtes en termes de structures ou de ressources humaines. L'existence des classes hétérogènes, la plupart EI a des difficultés à faire face à cette situation, non pas parce qu'il y a des enfants qui présentent des caractéristiques différentes, mais parce qu'il y a un grand nombre d'enfants. La planification des activités et des stratégies sont conçues en fonction du niveau de développement de chaque enfant, en tenant compte de leurs besoins et intérêts. Le suivi des enfants par un professionnel EE se fait dans les écoles, mais parfois, il se fait en dehors de l'école, selon le niveau des besoins particuliers de chaque enfant.

Mots-clés: Éducation, Éducation Spéciale, NEE, Inclusion, Intégration.

Abstract

Special Education has revealed itself to be a challenge at a professional level for the pre-school educators, once it's a field that works on differences, equal opportunities and school welcoming for everyone. The concept of Special Educational Needs appeared from the evolution of many expressions used over time. A student with Special Educational Needs is the one that shows significant differences on ability/results binomial and, for that reason, he/she needs special services to attend his/her educational needs.

The elaboration of this dissertation intended to study interventional practices used by pre-school educators on students with special educational needs. For this semi-structured interviews were made to ten pre-school educators, Ovar municipality in the district of Aveiro, to know and comprehend the interventional methods used with these children in the class rooms.

From analyzing the semi structured interviews we can verify that the majority of pre-school educators don't have the right knowledge on Special Education. On what concerns the integration of children with Special Educational Needs, in regular schools, all the people that was interviewed had a positive opinion, that's because integration is a factor that decreases the prejudices and permits that all learn to deal with differences and understand them. Most of the pre-school educators affirm that the teaching system is not appropriate to receive children with Special Educational Needs, because the schools aren't prepared in a structural and human resourced level. On what concerns on heterogeneous classes, most of the pre-school educators struggles on dealing with that situation, not because there are children with different characteristics, but because there exists a large number of children. The activity plans and strategies are thought based on the level of each child's development, having in mind their interests and needs. The children's accompaniment from a professional, on what concerns Special Education, is done inside the schools, somehow it's done outside of schools depending on each child's level of Special Educational Needs.

Keywords: Education, Special Education, Special Educational Needs, Inclusion, Integration.

Aos meus pais,
irmãos e
ao amor da minha vida Tiago.

A todos os que vivem para educar e ensinar!

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Doutor Tiago Neves, por estar sempre disponível para me orientar e apoiar e por me ter dado os seus *feedbacks* construtivos. Tudo isto constituiu uma ajuda preciosa para a realização da minha dissertação. Agradeço a sua orientação, colaboração e amizade.

Aos meus pais, pela educação, por me ensinarem a não desistir mesmo em situações mais complicadas e por contribuírem para ser a pessoa que sou. Obrigada por me indicarem, sempre, numa direção positiva e por acreditarem em mim.

Aos meus irmãos, por acreditarem em mim, pelo incentivo e por estarem sempre presentes.

Aos meus amigos, agradeço a disponibilidade e apoio que sempre demonstraram.

À minha melhor amiga Cristina Santos, por todo o apoio e amizade, por ter estado sempre presente, mesmo apesar da distância que nos separa.

Agradeço ao amor da minha vida, o meu companheiro Tiago Ferreira, por ter estado sempre presente nesta fase de mudança da minha vida, o apoio incondicional e a atenção que me deu ao longo da escrita desta dissertação. Agradeço o amor, carinho e compreensão e por existires na minha vida.

Lista de abreviaturas

EE – Educação Especial

EI – Educador(a) de Infância

EPE – Educação Pré-Escolar

IP – Intervenção Precoce

JI – Jardim de Infância

ME – Ministério da Educação

NEE – Necessidades Educativas Especiais

OCEPE – Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar

PE – Políticas Educativas

PEI – Plano Educativo Individual

SE – Sistema Educativo

Índice

Resumo	1
Résumé	2
Abstract	3
Agradecimentos	5
Lista de abreviaturas	6
Índice	7
Índice de Figuras	9
Índice de Tabelas	10
1. Introdução	13
1.1 Objetivos do estudo	14
1.2 Formulação do problema	15
2. Educação Especial	16
2.1 Contextualização histórica	16
2.2 Contextualização histórica em Portugal	19
2.3 Enquadramento legal	20
2.4 Conceito de Necessidades Educativas Especiais (NEE)	22
2.5 Criança Especial	25
2.6 Escola Inclusiva: uma Escola para Todos	27
3. Educação Pré-Escolar	31
3.1 Contexto de Aprendizagem	33
3.2 Formação do Educador	34
3.2.1 Educador como membro fundamental na Educação	36
3.3 Intervenção do Educador: a sua prática educativa	37
3.3.1 O papel do Educador como observador	40
3.4 Currículo	41
4. Metodologia da Investigação	45
4.1 Investigação em Educação	45
4.2 Opções metodológicas	46
4.2.1 Entrevista semiestruturada	47
4.3 Amostra	51
5. Análise dos dados	53

5.1	Formação e Conhecimento na área de Educação Especial	56
5.2	Integração das crianças com NEE	58
5.3	Caracterização do contexto e grupo de crianças	61
5.4	Desempenho profissional do Educador de Infância: planificação e estratégias	63
5.5	Acompanhamento e interligação com outros profissionais	67
5.6	Instrumentos de registo	70
6.	Discussão dos resultados	71
7.	Conclusões	76
8.	Referências bibliográficas	80
Anexo 1		90
Anexo 2		93

Índice de Figuras

Figura 1: Problemas associados às NEE.	23
Figura 2: Enumeração dos direitos da criança.	25
Figura 3: Parâmetros que a inclusão consagra.	30
Figura 4: Processo de Intervenção do Educador de Infância.	37

Índice de Tabelas

Tabela 1: Formação do educador/ professor.....	36
Tabela 2: Modos de recolha de dados e respetiva técnica, segundo Bruyne et al, 1975:202-205.....	48
Tabela 3: Dados sobre as entrevistadas	55
Tabela 4: Duração da disciplina de NEE nas Universidades.....	57
Tabela 5: Caracterização do contexto e grupo de crianças.....	61
Tabela 6: Tipos de Necessidades Educativas Especiais das crianças abordadas pelas entrevistadas	62

Capítulo I

Parte Teórica

Educação, Inclusão, Integração

*“O que hoje é normal pode não o ter sido ontem
e não sabemos como será amanhã,
o que aqui é normal pode ser anormal
noutro lugar ou vice-versa.
De tal maneira que o normal e
o anormal não se encontram dentro
da pessoa mas fora dela”
(Correia, 2003).*

1. Introdução

O tema desta dissertação surgiu por interesse pessoal e está relacionado com experiências vividas nos estágios durante a minha licenciatura de Educadora de Infância. Este tema fascina-me pelo facto de ser um desafio a nível profissional, uma vez que na minha formação académica inicial apenas existe uma unidade curricular relacionada com a Educação Especial (EE). Devido a este facto, quando entramos no mundo do trabalho torna-se necessário estudar e aprofundar os conhecimentos relacionados com essa área. A EE é uma área que trabalha a diferença, a igualdade de oportunidades, a inclusão e escola para todos, que são conceitos essenciais para a educação pré-escolar (EPE).

Ao longo do meu percurso académico fui-me deparando com situações de integração de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) na escola regular e fui-me apercebendo que o educador de infância (EI) tem de ter um “olhar observador”. O educador que possuir essa capacidade de analisar tudo o que se passa ao seu redor deve ser capaz de adequar as estratégias/práticas educativas à turma que tem a seu cargo, pois com um grupo de crianças heterogéneo não podem ser utilizadas as mesmas estratégias. Desta forma, o EI tem que moldar as suas intervenções para integrar todo o grupo.

A integração de crianças com NEE nas escolas regulares envolve todas as pessoas que estão inseridas nesse contexto. É necessário deixar o ensinamento tradicional e os pensamentos sobre essas crianças, para que tenham um ensino/aprendizagem adequado e com sucesso. Todos os profissionais devem inculcar valores de inclusão. Fuchs e Fuchs (1994) descrevem convincentemente esta preocupação ao afirmarem:

“ (...) estamos no momento certo para se inventarem pragmáticos, não fundamentalistas à direita ou à esquerda. Estamos no momento certo para uma liderança que reconheça a necessidade de mudança, aprecie a importância da construção de consensos, olhe o ensino regular como promotor das respostas possíveis às necessidades dos alunos, respeite a tradição e os valores dos profissionais de educação especial, e se esforce por fortalecer a filosofia educativa na

sua plenitude para que as aprendizagens e a vida de todas as crianças melhorem” (cit. in Correia, 2003:14).

Para assegurar a inclusão de crianças com NEE nas escolas regulares e permitir que sejam ativas, é extremamente importante que participem e interajam nas atividades, tendo em conta o seu nível de desenvolvimento. Um programa de ensino integrado é “o apoio prestado a crianças e jovens com problemas educativos especiais que se encontrem inseridos, a tempo total ou parcial, em escolas regulares, visando a sua integração familiar, social e escolar” (Costa, 1981:325).

O Sistema Educativo (SE) é a via pela qual se realiza, na Constituição da República Portuguesa, o direito à educação. Este sistema garante uma constante ação educativa, dirigida para beneficiar o desenvolvimento global da personalidade, a democratização da sociedade e o progresso social, onde todos os portugueses têm o “direito à educação e à cultura”. O Estado tem responsabilidade para promover a democratização do ensino e garantir o direito à igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares. No artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos encontra-se mencionado que todos os indivíduos têm direito à educação:

“1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.”

Este trabalho é um contributo para se perceber o papel do educador de infância na prática educativa e conhecer as suas intervenções profissionais, para educar e ensinar as crianças para a aceitação da diferença.

1.1 Objetivos do estudo

Esta dissertação tem como objeto de estudo as práticas de intervenção utilizadas pelos educadores de infância. Assim, serão abordados os métodos de intervenção que os EI devem conhecer e compreender para integrar crianças com NEE e perceber quais as práticas utilizadas para inserir essas

crianças nas atividades da sala de aula. Para isso, serão realizadas entrevistas semiestruturadas aos EI.

1.2 Formulação do problema

O tema de investigação surgiu do facto de existirem crianças com NEE nas escolas regulares e também por eu estar inserida nesta área profissional.

Para se fazer um trabalho de investigação o meu interesse pessoal não pode ser posto de parte, pois é melhor saber e conhecer o que está ao meu alcance do que fingir que sou capaz de pôr para trás tudo o que sou, antes de ser investigadora.

Todos temos determinadas perceções, a partir das quais olhamos os fenómenos de maneiras diferentes, sendo que a personalidade de cada um influencia muito a visão que temos da realidade e a forma como interpretamos as coisas. “O problema fundamental é, precisamente, passar do Eu empírico ao Eu epistémico, ou seja, do indivíduo preso no movimento da vida quotidiana ao indivíduo intelectualmente mobilizada, atento ao saber” (Charlot, 2006:12).

Inicialmente será necessário realizar um esquema das medidas analíticas que convergem para a construção do objeto de estudo e da problemática sobre as práticas de intervenção dos EI.

Toda a investigação tem um ponto de partida numa situação ou problema, que é expresso sob a forma de uma pergunta clara, concisa e unívoca, que se ajusta aos conhecimentos do tema, aos recursos de que se dispõe para desenvolver a investigação e aos interesses e motivações.

Através da investigação/intervenção no campo de trabalho, quero saber quais são as estratégias que as EI utilizam para integrar a criança com NEE na escola regular.

Com este estudo pretende-se conhecer modelos de intervenção utilizados pelos educadores com crianças com NEE, explorando as suas potencialidades e limitações. Pretende-se de igual forma verificar o que existe em comum nos diferentes modelos de intervenção.

2. Educação Especial

2.1 Contextualização histórica

Nos tempos primitivos, as crianças que nascessem mal formadas ou deficientes eram mortas, abandonadas ou atiradas ao rio. Na Antiga Grécia, as crianças com deficiências físicas eram colocadas nas montanhas e, em Roma, eram atiradas aos rios. Ao longo de toda a Idade Média, as pessoas com deficiência eram julgadas, vítimas de perseguições e execuções. Neste período, acreditava-se que a causa da deficiência estava ligada ao demónio e, por isso essas crianças eram submetidas a práticas de exorcismo (Correia, 1997:13). Em 1818, através dos estudos de Ésquirol e do interesse de alguns médicos educadores, como Itard, Séguin e Maria Montessori, a deficiência deixou de ser considerada um fato causado pelo demónio, para dar lugar a causas biológicas, sociológicas ou psicológicas (Fonseca, 1997:80-81 cit. in Martins, 2004:15; Silva, 2009:137).

No início do século XIX, a existência de pessoas com deficiência, que necessitavam de um esforço profissional para a sua educação, passou a ser considerada em instituições preparadas para o efeito. No entanto, eram ainda consideradas pessoas doentes e não plenas. A ideia de que as crianças com deficiência deveriam ser educadas e acompanhadas em escolas especiais e não internadas em instituições foi defendida por Alexander Bell em 1898 (Dias, 2007:154-155).

No início do século XX surgiram as primeiras escolas de EE, que eram distintas e separadas das escolas do ensino regular. Como não era viável a construção deste tipo de escolas em todas as localidades, foi necessário recorrer a internatos (Dias, 2007:155). Entre 1940 e 1950, a ideia de que a deficiência não teria cura foi posta de parte, pensando-se que estaria relacionada com a ausência de estimulação adequada ou com a utilização de processos de aprendizagem incorretos. Após esta conjectura ocorreu a expansão das escolas de Educação Especial (Jiménez, 1991 cit. in Dias, 2007:155).

O Relatório Warnock, de 1978, permitiu grandes avanços na integração escolar e introduziu o conceito de NEE, contrapondo-o às categorizações impostas até então. Segundo este relatório, o aluno com NEE possui dificuldades claramente maiores para aprender, quando comparado com um aluno da sua idade. Essas dificuldades advêm de algum problema do foro físico, sensorial, intelectual e/ou social, sendo necessário recorrer a planos educativos especiais ou a condições de aprendizagem adaptadas, para fazer um acompanhamento adequado do aluno (Brennan, 1990 cit. in Silva 2009:140).

O ano internacional das pessoas deficientes, 1981, provocou uma importante mudança na forma como eram encaradas as pessoas com deficiência, assim como na educação de crianças e jovens deficientes. Durante este ano surgiram medidas legais que defendiam o princípio da igualdade de oportunidades e para isso seria necessário modificar estruturas sociais de forma a responder a todas as necessidades das pessoas com deficiência (Costa, 1999:26).

Em 1989, a adoção da convenção sobre os direitos da criança pela Assembleia Geral das Nações Unidas provocou uma considerável pressão nos diferentes governos para que estes observassem a situação atual das crianças. O artigo 23 desta convenção estipula que “uma criança com deficiência mental ou física deverá usufruir uma vida plena e estimulante em condições que lhe assegurem a dignidade, promova a sua autoconfiança, e facilite a sua participação na comunidade (...) deverá ser prestado o apoio necessário para que a criança tenha um acesso efetivo à educação e ao treino (...) de modo a permitir que atinja a máxima integração social e o máximo de desenvolvimento individual que for possível” (Costa, 1999:27).

No ano de 1990 foram adotadas pelas Nações Unidas as “normas sobre a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência”, que resultaram da participação de organismos oficiais e de organismos não-governamentais dos diversos países do mundo. Tais normas constituem o mais importante conjunto de diretivas sobre a matéria de igualdade para pessoas com deficiência (Costa, 1999:27).

“ (...) a igualdade de acesso é uma condição necessária, mas não suficiente, para a realização da igualdade de oportunidades. Há não somente que assegurar o acesso, mas também que garantir oportunidades idênticas de sucesso (...) a escola permitirá a participação de todos mas (...) sabe, à partida, que de entre os inscritos certos grupos terão muitas dificuldades em obter bons resultados, ou mesmo de chegar ao final.” (Lima, 1987:69, cit. in Cruz, 2006:60).

As primeiras experiências de integração de alunos com NEE em classes regulares decorriam em salas próprias, de forma a não provocar qualquer perturbação na turma do ensino regular. A intervenção estava a cargo de educadores especializados, psicólogos e terapeutas (Silva, 2009:141). A inclusão de alunos com NEE em classes regulares passou a ser considerada a partir de 1994, através da Declaração de Salamanca. Para tal, o professor deveria ter orientação e materiais adequados que possibilitassem o tratamento especial destes alunos (Bueno, 1999:8; Martins, 2004:19).

Segundo a Declaração de Salamanca, todas as crianças devem aprender juntas sempre que isso seja possível, independentemente das dificuldades e diferenças que estas apresentem. As escolas devem adaptar-se ao estilo e ritmo de aprendizagem de cada criança, de forma a garantirem um bom nível de educação para todos (UNESCO, 1994:11).

“As Escolas devem ajustar-se a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito devem incluir-se crianças com deficiência ou sobredotadas, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações imigradas ou nómadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais”. (UNESCO, 1994:6)

Em 2004, o Conselho da União Europeia anunciou o Ano Europeu das pessoas com deficiências, através da Decisão 2001/903/CE. Desta forma, pretendeu-se sensibilizar e mudar atitudes face às pessoas com deficiência, promovendo a igualdade de oportunidades, melhoria da qualidade de vida e promoção da igualdade de direitos para as pessoas com deficiência (Martins, 2004:16).

2.2 Contextualização histórica em Portugal

Em Portugal, a EE foi sofrendo alterações ao longo dos tempos. A partir de 1822 foram criados asilos e institutos privados para cegos, surdos e mudos (Martins, 2004:18; Silva, 2009:138).

No ano de 1913 foi criado, por António Aurélio da Costa Ferreira, o primeiro curso de especialização para educação de surdos, que provocou um grande impulso na EE. Três anos mais tarde foi criado o Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, com o intuito de educar crianças com deficiência mental e problemas de linguagem. Entre 1930 e 1946 foram criadas classes especiais em escolas primárias (Dias, 2007:157).

Em 1964 surgiram os Serviços de Educação de Deficientes do Instituto de Assistência aos Menores, para deficientes mentais, auditivos e visuais. No ano de 1967 promoveu-se a integração de crianças cegas no ensino regular.

No ano de 1972 efetuou-se uma reestruturação da Direção Geral de Ensino Básico e Secundário, sendo criada a Divisão de Ensino Especial. A integração de crianças e jovens com deficiência no seio familiar, social e escolar foi promovida por Equipas de Ensino Especial Integrado, em 1976. Durante este período, o acesso a classes especiais era restrito para a maioria da população portadora de deficiências. A partir de 1981 iniciou-se o apoio integrado a crianças e adolescentes com problemas cognitivos. Em termos de formação académica de professores, foi criada em 1987 na Universidade Técnica de Lisboa, a Licenciatura em Educação Especial e Reabilitação (Correia, 1997:26; Dias, 2007:156-158).

Com o intuito de integrar crianças e adolescentes no ensino regular, para evitar a existência de classes especiais, foram criadas, em 1995, Equipas de Coordenação dos Apoios Educativos. No entanto, estas equipas foram extintas em 2006 e os professores de EE passaram a depender dos agrupamentos de escolas. Atualmente, o Ministério da Educação disponibiliza escolas especiais, colégios particulares financiados e equipas de EE em escolas regulares (Dias, 2007:159-160).

2.3 Enquadramento legal

A evolução da Educação Especial, em Portugal, tem sido acompanhada pela publicação de documentos legislativos. A partir de 1976 foram produzidas várias medidas que visaram a integração de crianças e jovens com deficiências nas escolas regulares. Deste modo, torna-se necessário referir e sintetizar alguns dos documentos publicados ao longo dos últimos anos.

A Lei nº66/79 de 4 de Outubro, de acordo com o artigo nº1, indica que a EE se trata de um conjunto de atividades e serviços educativos dirigidos a crianças e jovens que necessitam de um apoio específico, tendo em conta as suas características. De acordo com o artigo nº3, a EE deverá ter em atenção o estado de desenvolvimento físico, intelectual e emocional das crianças com deficiência. Isto poderá ajudar a reduzir as limitações da deficiência, preparando-as para uma adequada formação profissional e integração numa vida ativa. O ponto 1 do artigo nº6 refere que “os deficientes integrados nas estruturas regulares de educação são apoiados pelos serviços de educação especial enquanto necessitam ao longo da sua escolaridade, em qualquer nível de ensino”.

O Decreto-Lei nº538/79 de 31 de Dezembro, exprime que o “Estado assegurará o cumprimento da escolaridade obrigatória às crianças que careçam de ensino especial, para o que promoverá uma cuidada despistagem dessas crianças...”.

A Lei nº9/89, revogada pela Lei nº38/2004, visa “promover e garantir o exercício dos direitos que a Constituição da República Portuguesa consagra nos domínios da prevenção da deficiência, do tratamento, da reabilitação e da equiparação de oportunidades da pessoa com deficiência”. O artigo nº9 define EE como “uma modalidade de educação que decorre em todos os níveis do ensino público, particular e cooperativo e que visa o desenvolvimento integral da pessoa com NEE, bem como a preparação para uma integração plena na vida ativa, através de ações dirigidas aos educandos, às famílias, aos educadores, às instituições educativas e às comunidades”. O artigo nº19 afirma que a política de educação tem a responsabilidade de “garantir a integração nos estabelecimentos de ensino ou em instituições especializadas de pessoas

com necessidades educativas especiais em condições pedagógicas, humanas e técnicas adequadas”.

O Decreto-Lei nº319/91 indica que o Ensino Especial se trata de um “conjunto de procedimentos pedagógicos que permitam o reforço da autonomia individual do aluno com necessidades educativas especiais devidas a deficiências físicas e mentais...”. Este documento legislativo recomenda o acesso de crianças com NEE ao ensino regular.

O Decreto-Lei nº301/93 regulamenta que os alunos com NEE estão abrangidos pelo cumprimento da escolaridade obrigatória.

Em 1997 foi publicado um importante diploma normativo, o Despacho nº105/97, que tinha como objetivo reformular os conceitos e as práticas dos serviços de apoio, que se baseavam nas perspetivas defendidas pela Declaração de Salamanca (Costa, 1999:30).

No despacho conjunto nº891/99 é apresentada uma perspetiva para a Intervenção Precoce (IP¹) junto de crianças deficientes ou que tenham “risco de atraso grave de desenvolvimento”. A IP é realizada através de projetos de ajuda a crianças com NEE e suas famílias, ao nível da educação, da saúde e da ação social. Este despacho pretende assegurar que são criadas condições para facilitar o desenvolvimento das crianças com deficiência ou com risco de atraso grave, bem como uma maior interação familiar.

O Decreto-Lei nº3/2008 de 7 de Janeiro aborda a igualdade de oportunidades, a valorização da educação e a melhoria da qualidade de ensino, para responder às características e necessidades dos alunos, de forma a se proceder à inclusão de crianças e jovens com NEE no processo educativo: “A educação inclusiva visa a equidade educativa, sendo que por esta se entende a garantia de igualdade, quer no acesso quer nos resultados” e “Os apoios especializados visam responder às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação”. O artigo nº1 define que a EE tem como objetivos “a inclusão

¹ De acordo com o despacho conjunto nº891/99 “é uma medida de apoio integrado centrado na criança e na família, mediante ações de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social”.

educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, bem como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida profissional e para uma transição da escola para o emprego das crianças e dos jovens com necessidades educativas especiais nas condições acima descritas”.

O artigo nº2 indica que nenhum estabelecimento de ensino pode rejeitar a inscrição/matricula de crianças ou jovens com NEE e que os mesmos têm o direito à oferta de planos educativos adequados.

2.4 Conceito de Necessidades Educativas Especiais (NEE)

“O termo NEE vem, assim, responder ao princípio da progressiva democratização das sociedades, refletindo o postulado na filosofia da integração e proporcionando uma igualdade de direitos, nomeadamente no que diz respeito à não discriminação por razões de raça, religião, opinião, características intelectuais e físicas, a toda a criança e adolescente em idade escolar”
(Correia, 1997:47).

O conceito de NEE surgiu da evolução das expressões utilizadas até à publicação do Relatório Warnock, em 1978. Segundo a Declaração de Salamanca, o conceito refere-se “a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares. Muitas crianças apresentam dificuldades escolares e, conseqüentemente têm necessidades educativas especiais, em determinado momento da sua escolaridade.”. Em Portugal, o conceito surgiu aquando da publicação do Decreto-Lei nº319/91, que consistiu num marco decisivo no direito das crianças com NEE frequentarem as escolas regulares (Dias, 2007:177-178, DGIDC s/d:12).

Um aluno com NEE é qualquer aluno que evidencia diferenças significativas no que respeita ao binómio capacidade/resultados e, por essa razão, necessita de serviços especiais para atender às suas necessidades educativas (Nielsen, 1999:11).

Um aluno com NEE diferencia-se da maioria das crianças da sua idade pela dificuldade de aprendizagem significativamente maior ou pelo facto de

possuir alguma característica que o dificulta/impossibilita de usar os mesmos estabelecimentos educativos (Hegarty, 1986 cit. in Dias, 2007:178). O conceito de NEE é, assim, associado a crianças e jovens que apresentem problemas sensoriais, físicos, intelectuais e emocionais (Figura 1). Desta forma, os alunos que possuírem um ou mais destes problemas que afetem a aprendizagem, devem ter direito a um programa de educação público e gratuito o mais apropriado possível. A escola que acolhe uma criança ou adolescente com NEE tem que estar preparada para dar resposta a todas as suas necessidades e problemas (Correia, 1997:48; Dias, 2007:179).

Para que uma criança com NEE seja colocada num meio o menos restritivo possível, tem que se ter em consideração as suas características e necessidades. Para isso, torna-se necessária a criação de vários serviços educativos diferenciados e ambientes educacionais variados, para que a criança possa ser integrada numa classe regular (Correia, 1997:66).

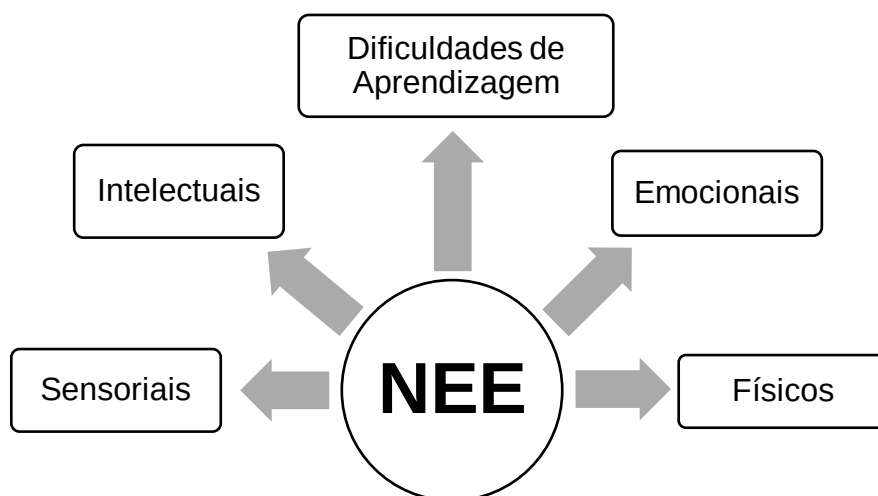


Figura 1: Problemas associados às NEE (adaptado de: Correia, 1997:48).

Assim, o conceito de NEE abrange todos os alunos que, permanentemente ou em determinada altura apresentem características que os impedem de ter uma aprendizagem igual à dos outros alunos da mesma idade. Dependendo da necessidade de cada criança e/ou adolescente, o ritmo e estilo de aprendizagem varia, daí ser possível classificar as NEE em NEE permanentes e temporárias (Correia, 1997:49-50; Dias, 2007:181-183).

NEE permanentes

- Dizem respeito a alterações graves no desenvolvimento do aluno, ou seja, estão relacionadas com problemas orgânicos, funcionais, sensoriais, intelectuais, físico-motores ou com problemas de saúde;
- Exigem adaptações do currículo, dependendo das características de cada aluno;
- As adaptações prolongam-se durante parte ou todo o percurso escolar do aluno.

NEE temporárias

- Estão relacionadas com pequenos problemas de leitura, escrita, cálculo ou atrasos ligeiros no desenvolvimento motor ou linguístico;
- Exigem mudanças parciais no currículo escolar, dependendo das características do aluno num determinado momento do seu desenvolvimento;
- São superadas após certo tempo de acompanhamento.

O termo NEE acaba por estar muito focado nos problemas intrínsecos dos alunos, não se tendo em consideração os fatores que podem constituir as causas das dificuldades de aprendizagem. Ou seja, não se deve descurar os problemas associados ao processo de escolarização, uma vez que a maioria dos alunos com NEE necessita de um ensino que prime pela qualidade, pelos princípios da flexibilização e pela adequação das estratégias de diferenciação pedagógica (DGIDC, s/d:12).

2.5 Criança Especial

*“Conhecer a criança e os seus pais ajudar-nos-á a diferenciar tarefas, experiências e atividades que aumentem o desenvolvimento de cada criança a partir dos seus interesses e dos seus anteriores conhecimentos”
(Siraj-Blatchford,2004:13).*

Toda a criança tem direito à educação e deve ter igualdade de oportunidades para alcançar uma aprendizagem com sucesso. Cada criança é um ser diferente, constituído por características, interesses, aptidões e dificuldades que permitem uma aprendizagem de acordo com a sua individualidade. A escola deve planificar as aulas e os programas educativos de acordo com a heterogeneidade do grupo de forma a responder a todas as características de cada criança (UNESCO,1994:7).

De acordo com a Declaração dos Direitos da Criança (Figura 2), “A criança mental e fisicamente deficiente ou que sofra de alguma diminuição social, deve beneficiar de tratamento, de educação e dos cuidados especiais requeridos pela sua particular condição” e “A criança deve ter plena oportunidade para brincar e para se dedicar a atividades recreativas, que devem ser orientados para os mesmos objetivos da educação”.

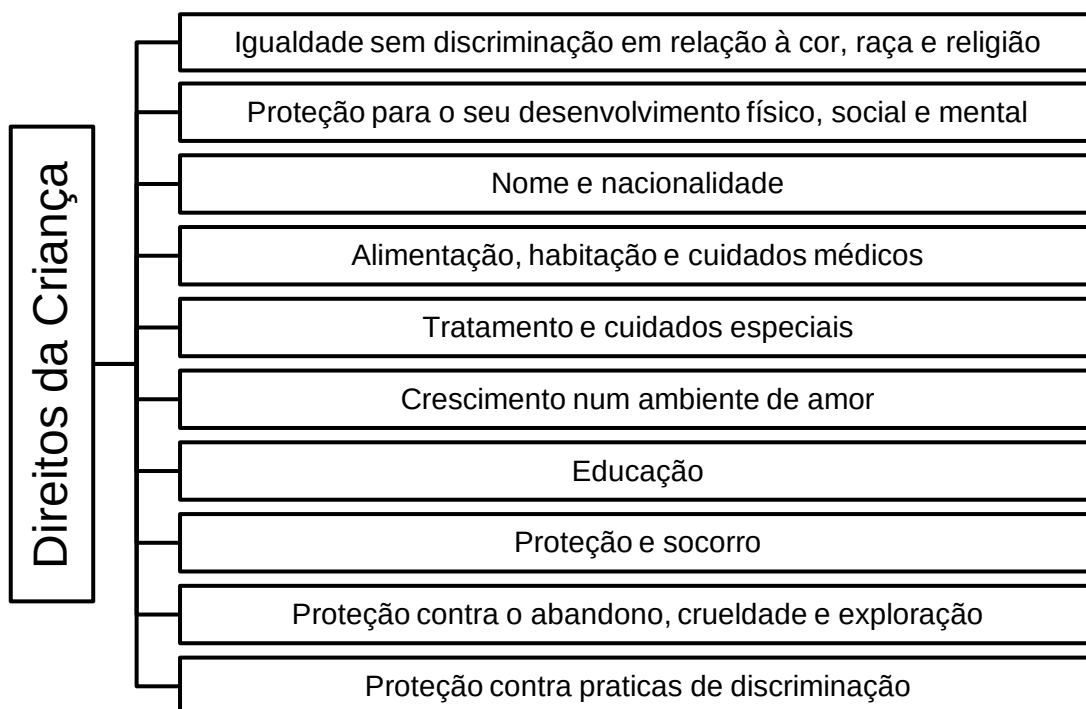


Figura 2: Enumeração dos direitos da criança (adaptado de: <http://livrossempo.emsdesign.net/livro2.swf>).

Os princípios orientadores para a educação da criança especial, que se fundamentam nos direitos da criança são os seguintes:

1. Todas as crianças com deficiência têm os mesmos direitos e deveres que a restante população infantil, no que diz respeito essencialmente à educação e à saúde;
2. Dependendo do tipo e intensidade da deficiência, à criança deve ser proporcionada a estimulação adequada para a aprendizagem, uma vez que esta possui condições para assimilar tal aprendizagem;
3. Deve ser feita uma estimulação precoce organizada, gradual e variada, acompanhando o desenvolvimento da criança especial;
4. Deve ser feita uma avaliação contínua ao seu processo evolutivo, para o caso de ser necessária a implementação de novas medidas de intervenção
5. As famílias com crianças com NEE têm o direito ao apoio e à orientação específica e têm o dever de participar no processo de estimulação das crianças (MED/UNESCO,1995:15-16).

Para algumas pessoas, mudar o potencial da criança especial é uma tarefa impossível, pois esquecem-se que a deficiência geralmente é imposta pela sociedade e pelo desenvolvimento científico-social da criança. Mas nas situações de deficiência como paralisia cerebral e cegueira, é extremamente complicado mudar esse potencial, visto que a sua deficiência é grave.

A aprendizagem humana depende de fatores intrínsecos à criança que aprende, como as competências psicomotoras e psicolinguísticas, na qual a criança tem áreas fortes e áreas fracas. A aprendizagem depende também de fatores externos relativos ao envolvimento social, como a competência científica e terapêutico-pedagógica dos agentes quem intervêm. Desta forma, o sucesso ou o insucesso da aprendizagem dependem do sucesso ou insucesso do terapeuta ou até mesmo da forma de ensinar. Os atrasos no desenvolvimento podem ser o reflexo de más práticas pedagógicas acumuladas ao longo da vida da criança deficiente (Fonseca, 1989:120). Podem, mas nem sempre são apenas isso.

Todas as crianças especiais experimentam várias fases de desenvolvimento e por isso, torna-se necessário identificar o potencial de cada

uma. Deste modo, é possível delinear os objetivos e as atividades adaptadas a essas crianças de forma a poder aumentar a sua autonomia, aprendizagem e autoestima, que estabelece um suporte para o seu progresso (Perin, 2010:12).

2.6 Escola Inclusiva: uma Escola para Todos

*“Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem”
(M.E.,2007:15).*

A partir dos anos 60, criou-se em alguns países um movimento de opinião a favor da integração educativa de crianças com alguma deficiência, que tinha como objetivo obter condições educativas adequadas a todas as crianças na escola regular. Este movimento pretendia sensibilizar os professores, os pais, as autoridades civis e educacionais para que adotassem uma postura positiva em todo o sistema (Coll et al, 1995:14).

“Só a partir dos anos 70 na maioria dos países, se começa, o processo de aproximação dos alunos com deficiência às estruturas regulares de ensino, baseado em diferentes conceitos: normalização, integração, igualização de oportunidades e inclusão” (Costa, 1999:25).

Foi a partir da Conferência Mundial sobre a educação para todos, realizada na Tailândia em 1990, que o “movimento de educação para todos” teve um enorme impacto, e posteriormente na Conferência Mundial sobre NEE, em Salamanca, em 1994 (Gaitas et al, 2010:363; Carvalho, 2007:213).

Segundo Correia, entende-se que a inclusão é a “inserção do aluno na escola regular, onde sempre que possível, deve receber todos os serviços educativos adequados, contando-se, para esse fim, com um apoio apropriado às suas características e necessidades” (Correia, 1997 cit. in Correia, 2007:21).

Forest e Pearpoint designam inclusão como a inserção da criança com deficiência na escola regular, mas também como a forma de se lidar com “a diversidade, com a diferença e com a nossa moralidade” (Forest & Pearpoint, 1997:138 cit. in Walber, 2006:35).

De acordo com alguns autores, inclusão significa acompanhar o aluno com NEE (mesmo que se tratem de NEE severas) na escola regular com auxílio dos serviços de EE (Boatwright, 1993; Alper & Ryndak, 1992 cit. in Correia 1997:33).

A inclusão, como processo, é encarada pelas interações ativas entre as variáveis individuais e as ambientais, uma procura de novos equilíbrios em relação à constante alteração dos contextos em que se desenvolve o meio educativo (Carvalho, 2007:215).

A inclusão escolar abrange um procedimento de reestruturação e democratização das escolas, tendo como objetivo garantir o acesso a uma série de oportunidades sociais e educacionais. De forma a abranger a heterogeneidade de sujeitos é essencial identificar cada um, como um ser único e singular, que aprende de acordo com o seu ritmo e com o seu tempo (Azevedo et al, 2010:9).

Morgado (2003a) afirma “que educação inclusiva remete necessariamente para uma reorganização profunda da escola e do currículo, das estratégias e modos de ensino, da formação dos profissionais (docentes e não docentes), entre outros” (Gaitas et al, 2010:363).

A inclusão não antevê o uso de práticas de ensino escolar específicas para uma ou outra deficiência e/ou dificuldade de aprendizagem: “os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um” (Mantoan, 2003: 67 cit. in Azevedo et al, 2010:9).

As escolas regulares, tomando uma direção inclusiva, são capazes para lutar contra as situações e atitudes discriminatórias, formando uma sociedade mais solidária e com pensamento mais aberto. Assim, constrói-se uma sociedade inclusiva com objetivo de uma educação para todos, oferecendo uma educação adaptada às crianças (UNESCO,1994:8).

De acordo com a Declaração de Salamanca, o princípio essencial das escolas inclusivas baseia-se:

“ (...) em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respetivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola” (UNESCO,1994:11).

Nas escolas inclusivas, os alunos com NEE devem ter um apoio suplementar para promover uma educação com êxito. A pedagogia inclusiva é a maneira mais adequada para proporcionar a solidariedade entre os alunos com NEE e os seus colegas. “A colocação de crianças em escolas especiais, de forma permanente deve considerar-se como medida excecional, indicada unicamente para aqueles casos em que fique claramente demonstrado que a educação nas aulas regulares é incapaz de satisfazer as necessidades pedagógicas e sociais do aluno, ou para aqueles em que tal seja indispensável ao bem-estar da criança deficiente ou das restantes crianças” (UNESCO,1994:11-12).

A educação inclusiva é um direito de todas as crianças, independente de sofrerem de alguma deficiência. Todas elas têm o direito de frequentar a escola da sua área de residência, ou seja, uma escola regular e têm o direito de viverem com a família e de participarem na sociedade. Como está implícito na Declaração Universal dos Direitos do Homem, “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”. A escola inclusiva tem como princípio auxiliar as crianças na aquisição de conhecimentos, partindo do que elas já sabem e das suas dificuldades, para que possam atingir um patamar superior de conhecimentos (Costa, 1999:109).

O conceito de inclusão abrange três parâmetros, como mostra a figura 3. O primeiro parâmetro, modalidade de atendimento, está relacionado com o atendimento do aluno com NEE na escola regular; o segundo parâmetro, educação apropriada, consiste em respeitar as características individuais do aluno com NEE e as características e dificuldades dos contextos onde ele interage; o terceiro parâmetro, serviços adequados, constitui todos os apoios que poderão ser necessários para o aluno com NEE (Correia, 2008:21).

“Todos os alunos têm direito de que lhes sejam oferecidas possibilidades educacionais, nas condições mais normalizadoras possíveis, que favoreçam o contacto e a socialização com colegas da mesma faixa etária, e que lhes permitam no futuro integrar-se a participar de uma maneira melhor na sociedade” (Coll et al, 1995:14).

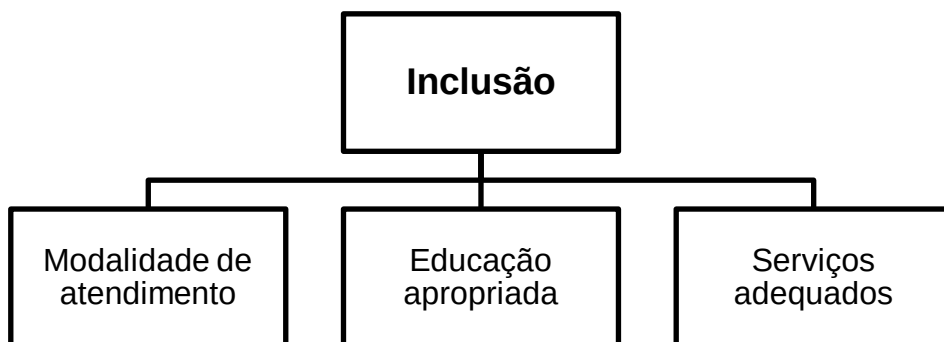


Figura 3: Parâmetros que a inclusão consagra (adaptado de: Correia, 2007:21).

Vayer & Roncin (1982) definem integração do aluno com NEE como sendo a aceitação por parte dos outros indivíduos que interagem com ele, aceitando-o com as suas qualidades e dificuldades (Company, 1999:195).

A Educação Integrada é compreendida como “o atendimento educativo específico, prestado à criança e adolescentes com NEE no meio familiar, no jardim-de-infância, na escola regular ou noutras estruturas em que a criança ou adolescente estejam inseridos” (Correia, 1997:19). No âmbito educativo define-se como o “conhecimento da escola como espaço educativo aberto, diversificado e individualizado, em que cada criança possa encontrar resposta à sua individualidade, à sua diferença” (Correia, 1997:19).

Warnock distinguiu três formas essenciais de integração: a integração física, a social e a funcional. A integração física ocorre quando as turmas de educação especial são inseridas no mesmo local que a escola regular, mas pertencem a uma organização independente, podendo partilhar alguns locais. A integração social consiste na presença de turmas especiais na escola regular, onde os alunos executam algumas atividades comuns com os restantes colegas. A integração funcional é uma integração mais completa, em

que os alunos com NEE cooperam em meio tempo ou tempo completo, nas aulas normais (Coll et al, 1995:16).

3. Educação Pré-Escolar

*“A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida”
(Lei n.º 5/97).*

Ao longo dos anos, a Educação Pré-Escolar (EPE) foi ganhando uma importância significativa no campo das políticas educativas, económicas e sociais dos países da União Europeia. Isto deve-se à crescente frequência da EPE, às menores retenções no percurso escolar, ao decrescente abandono escolar e à valorização do aluno (Decreto-Lei nº147/97).

Em Portugal, o ano de 1997 foi fundamental para a EPE uma vez que foram criados estabelecimentos para este tipo de educação (Dionísio & Pereira, 2006:2). Neste ano foram ainda publicados vários documentos sobre a EPE, como a Lei nº5/97, o Decreto-Lei nº147/97, o Despacho 5220/97, entre outros.

Com a Lei nº5/97 foi realizado um documento para apoio do EI que continha as orientações curriculares da educação pré-escolar (OCEPE). Tais orientações foram apresentadas pela “equipa de trabalho ministerial para a educação pré-escolar de forma a implementar medidas de controlo da qualidade de trabalho nas escolas” (Katz; Ruivo; Silva; Vasconcelos, 1998, p. 114 cit. in Dionísio & Pereira, 2006:2).

A EPE dirige-se às crianças com idades abrangidas entre os 3 e os 6 anos e é proporcionada em estabelecimentos de educação pré-escolar, comumente conhecidos por jardins-de-infância. O estabelecimento de EPE é uma instituição que ministra serviços dirigidos para o desenvolvimento das crianças proporcionando-lhes atividades educativas e de apoio à família (Decreto-Lei nº147/97; Lei nº5/97).

De acordo com a legislação vigente são objetivos da EPE:

1. “Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania” (Lei nº5/97) e “Desenvolver a formação moral da criança e o sentido da responsabilidade, associado ao da liberdade” (Lei nº46/86);
2. “Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência do seu papel como membro da sociedade” (Lei nº5/97);
3. “Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem” (Lei nº5/97) e “Favorecer a observação e a compreensão do meio natural e humano para melhor integração e participação da criança” (Lei nº46/86);
4. “Estimular o desenvolvimento global de cada criança, no respeito pelas suas características individuais, inculcando comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas” (Lei nº5/97) e “Estimular as capacidades de cada criança e favorecer a sua formação e o desenvolvimento equilibrado de todas as suas potencialidades” (Lei nº46/86);
5. “Desenvolver a expressão e a comunicação através da utilização de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo” (Lei nº5/97);
6. “Proporcionar a cada criança condições de bem-estar e de segurança, designadamente no âmbito da saúde individual e coletiva” (Lei nº5/97);
7. “Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências e precocidades, promovendo a melhor orientação e encaminhamento da criança” (Lei nº5/97);
8. “Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efectiva colaboração com a comunidade” (Lei nº5/97).

O “Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar”, é um programa que propõe ajudar as famílias na função da educação do seu educando, oferecendo-lhes possibilidades de autonomia e socialização, para que tenha uma inclusão estável na vida em sociedade e preparando-o para uma educação com sucesso (Decreto-Lei nº147/97).

A EPE é “o direito à educação até à liberdade de ensinar e aprender”. É função educativa para que não existam discriminações e que não constitua um

privilégio, mas sim um direito, que vai ao encontro ao imposto pela UNESCO, de que “a educação é para todos” (Decreto-Lei nº147/97).

3.1 Contexto de Aprendizagem

*“A relação individualizada que o educador estabelece com cada criança é facilitadora da sua inserção no grupo e das relações com as outras crianças. Esta relação implica a criação de um ambiente securizante que cada criança conhece e onde se sente valorizada”
(M.E., 2007:35).*

O contexto educativo tem um grande impacto, tanto para os alunos com NEE como para os ditos alunos “normais”. A produção de um ambiente positivo e aconchegante é fundamental para que as experiências educativas tenham êxito e que sejam gratificantes para todas as crianças (Nielsen, 2003:23).

A aprendizagem é realizada tendo em conta o meio onde acontece e os sujeitos envolventes. Para que o meio permita a aprendizagem, o educador terá que dividir a sala de aula em subespaços, ou seja, cada divisão terá uma função diferente e será constituída com os diversos materiais apelativos (Brickman et al, 1991:149).

A EPE é um meio de socialização em que a maior parte das aprendizagens sucedem das vivências de cada criança, com a extensão do seu ambiente familiar. Através da troca de experiências e da aquisição de novas aprendizagens, que necessitam de recursos humanos e materiais diversificados, assim o Sistema Educativo (SE) decorre em contextos adequados (M.E., 2007:34).

“A EPE cria condições para o sucesso de aprendizagem de todas as crianças, na medida em que promove a sua auto-estima e auto-confiança e desenvolve competências que permitem que cada criança reconheça as suas possibilidades e progressos. Os diversos contextos de EPE são, assim espaços onde as crianças constroem a sua aprendizagem, de forma a: «favorecer a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança» ” (M.E., 2007:18).

O bem-estar e segurança da criança dependem do contexto educativo, em que ela se sente elogiada e aceite, o que contribui para a sua autoestima e desejo de aprender (M.E., 2007: 20-21).

3.2 Formação do Educador

*“Os cursos de formação de educadores e de professores devem incluir preparação inicial no campo da educação especial”
(Decreto-lei nº344/89).*

A formação poderá ser percebida como “uma função social de transmissão de saberes, de saber fazer ou do saber ser que se exerce em benefício do sistema socioeconómico, ou da cultura dominante”. É também “um processo de desenvolvimento e de estruturação da pessoa” em que os indivíduos através das experiências aprendem mais e adquirem mais conhecimentos (Garcia, 1999:19).

“A formação inicial de professores é uma função que, ao longo do tempo, é realizada por instituições especializadas, por pessoas especializadas e mediante um currículo que estabelece a sequência e conteúdo instrucional do programa de formação” (Garcia, 1999:77).

“A formação inicial e contínua dos educadores deve incidir na ação de vários domínios, como as suas competências pessoais e relacionais, os conhecimentos e competências práticas de intervenção na sala de aula, os conhecimentos acerca das variadas NEE, os conhecimentos sobre fatores pessoais e sociais envolvidos no desenvolvimento e na aprendizagem” (Candeias, 2009:62).

A formação inicial de professores como instituição abrange três funções. A primeira função é a formação e treino para adquirirem experiência para futuros professores, para se prepararem como profissionais para as funções que terão que exercer. A segunda função é a de “controlo da certificação” ou “permissão para poder exercer a profissão docente”. A terceira função, e de acordo com Clark e Marker (1975), é de uma dupla funcionalidade, primeiro como “agente de mudança” do SE e por outro lado para “contribuir para a socialização e reprodução da cultura dominante” (Garcia, 1999:77).

“O papel do educador/professor passa a ser mais ativo no processo ensino-aprendizagem, pelo que devem desenvolver não só competências que lhes permitam responder às NEE dos alunos, como às atitudes positivas em relação à integração e inclusão” (Correia, 1997 cit. in Correia, 2007:39).

Segundo Hunter (1999), é necessária uma preparação dos profissionais para as novas funções e responsabilidades, o que impõe uma execução de um modelo de formação contínua que seja firme, programado e selecionado de acordo com a escola. A formação contínua deve ser planificada com atenção e ter em conta uma avaliação das necessidades dos profissionais (Correia, 2008:39).

De acordo com o Decreto-Lei nº6/2001 no artigo nº18, a formação de professores é:

1. “A organização dos cursos de formação inicial de professores do ensino básico são respeitados os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo do ensino básico constantes do presente diploma, de acordo com os perfis de qualificação para a docência decorrentes do disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo.
2. A organização de ações de formação contínua de professores deve tomar em consideração as necessidades reais de cada contexto escolar, nomeadamente através da utilização de modalidades de formação centradas na escola e nas práticas profissionais, e dar uma particular atenção às áreas curriculares não disciplinares.
3. A organização de ações de formação especializada de professores deve dar uma particular atenção às áreas de desenvolvimento curricular, de supervisão pedagógica e de orientação educativa”.

Nos cursos de formação para os futuros educadores e professores, deverão ser integradas unidades curriculares relacionadas com a educação especial, de forma a prepará-los para a sua intervenção em campo. Assim, poderão adquirir competências e conhecimentos essenciais para desenvolverem práticas que promovam a inclusão. Os educadores e professores necessitam de uma formação específica que lhes possibilite compreender minimamente os problemas que os seus alunos apresentam e que práticas educativas devem ser utilizadas para responder às suas necessidades (Correia, 2008:38, Candeias, 2009:61-62). Na tabela 1 encontra-se a formação que o educador/professor deve ter em atenção:

Tabela 1: Formação do educador/ professor (adaptado de: Cró, 1998:21-22).

Conhecimentos	Capacidades e competências	Qualidades pessoais
- Conjunto de informações; - Conteúdo que se quer transmitir; - Sujeitos a educar; - Leis de aprendizagem; - Relação dos sujeitos de diferentes faixas etárias com as suas aprendizagens; - Componentes das situações educativas; - Leis das inter-relações.	- Análise das situações educativas; - Planificar a ação; - Pôr um plano em execução e concluí-lo; - Avaliar.	- Comunicação; - Ouvir; - Fazer uma observação empática; - Aceitar os alunos, colegas e equipa educativa; - Aptidão para a responsabilidade sem autoritarismo; - Flexibilidade; - Criatividade.

3.2.1 Educador como membro fundamental na Educação

*“O papel do educador incide não apenas nos conteúdos mas também na dinâmica relacional”
(M.E., 2007:145).*

O papel do educador distingue-se pela utilidade das ações educativas que podem ser diretas ou indiretas, e pelo facto de alertarem as crianças pelas suas ações (TE, 1993:38).

“O papel do professor indica um saber, um fazer, um sentir, um ser, em experiências e valores vividos a viver pelo educador, o seu papel é basicamente um ato de educar, tendo como comportamento típico e ideal com todas as competências, orientações e valores que isso implica” (Cró, 1998:16).

O EI tem uma imagem de alguém que exerce o papel de educar, ensinar, orientar e formar. O papel do EI, para alguns sofreu alterações, porque apesar da função se manter, na prática mudou ao nível das exigências e das atividades a exercer. No que diz respeito ao papel do educador podem descrever-se três características de um bom professor: a sua personalidade, as suas competências e o seu modo de ensinar (Cró, 1998:16).

O educador é “aquele que com todo o seu empenho, toda a sua vontade, toda a sua arte e toda a sua competência, trabalha na realização de um projeto educativo com a ajuda dos restantes profissionais e usufrui de todos os recursos para que o processo pedagógico seja mais eficaz” (Cró, 1998:32).

3.3 Intervenção do Educador: a sua prática educativa

“Se é um facto que as práticas educativas eficazes não podem ser impostas por lei e que os motores decisivos desta eficácia consistem na qualidade pessoal e profissional dos professores e no seu empenhamento em educar da melhor forma todos os alunos, também é verdade que não pode ser menosprezada a importância do quadro legal que define a política educativa, a organização do sistema educativo, o funcionamento das escolas, o currículo e a dotação e gestão de recursos”
(CNE, 1999:30).

De acordo com as OCEPE, o EI, na sua intervenção como profissional, deve “observar”, “planear”, “agir”, “avaliar”, “comunicar” e “articular” (M.E., 2007:25-28). Mas para o estudo em questão serão abordados apenas os quatro primeiros modos de intervenção.

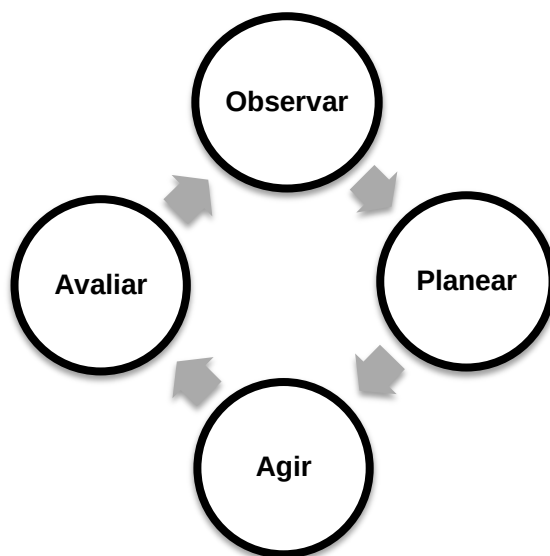


Figura 4: Processo de Intervenção do Educador de Infância (adaptado de: M.E., 2007:25-27).

De acordo com a figura 4, o EI na sua prática educativa deve observar o grupo de crianças num todo e individualmente.

“Observar cada criança e o grupo para conhecer as suas capacidades, interesses e dificuldades, recolher informações sobre o contexto familiar e o meio em que as crianças vivem, são práticas necessárias para compreender melhor as características das crianças e adequar o processo educativo às suas necessidades” (M.E., 2007:25).

Torna-se também necessário observar o espaço da sala de atividades, a instituição e o meio envolvente da escola. Esta fase é fulcral, pelo facto de o EI ter uma visão global do que terá ao seu dispor, e para ter noção do que será necessário alterar para a sua prática educativa ter sucesso. Assim, o EI ao conhecer o grupo de crianças e os sujeitos individualmente consegue perceber quais as atividades e estratégias mais adequadas à sua turma (M.E., 2007:25).

“A observação constitui, a base do planeamento e da avaliação, servindo de suporte à intencionalidade do processo educativo” (M.E., 2007:25).

O segundo modo de intervenção do educador é planear. Ou seja, este deve planificar as atividades e estratégias de acordo com o grupo em questão e os objetivos que as crianças devem alcançar. Deve também escolher as melhores intervenções em relação à organização do grupo, que pode ser de grande ou pequena dimensão, aos pares ou individual (Coll et al, 1995:318-319; M.E.,2007:37). O EI deve seleccionar o tempo de duração, o necessário para a realização da atividade e os materiais adequados para as atividades (Rodrigues, 1991:49; M.E.,2007:26).

“Cabe, assim, ao educador planear situações de aprendizagem que sejam suficientemente desafiadoras, de modo a interessar e a estimular cada criança, apoiando-a para que chegue a níveis de realização a que não chegaria por si só, mas acautelando situações de excessiva exigências de que possa resultar desencorajamento e diminuição de autoestima” (M.E., 2007:26).

Na terceira fase de intervenção do educador, “agir”, como o próprio nome indica é pôr em ação o plano idealizado pelo EI. De forma a “concretizar as suas intenções educativas, adaptando-as às propostas das crianças e tirando partido das situações e oportunidades imprevistas” (M.E., 2007:27).

No quarto e último modo de intervenção, o EI deve avaliar a sua planificação, a sua ação e realizar o feedback sobre a sua intervenção, analisando os pontos positivos e negativos da sua aula. Desta forma irá perceber o que deve ser modificado ou reorientado nas práticas educativas posteriores (M.E.,2007:27; Siraj-Blatchford, 2004:39).

“Avaliar o processo e os efeitos, implica tomar consciência da ação para adequar o processo educativo às necessidades das crianças e do grupo e à sua evolução” (M.E., 2007:27).

Neste modo de intervenção deve também existir um espaço para as crianças avaliarem o que aprenderam e avaliarem as atividades, para darem a sua opinião do que lhes agradou mais ou menos. Esta avaliação pode parecer pouco importante, mas é essencial, porque o EI assim tem uma melhor percepção do seu plano, das atividades e é mais fácil poder reorientar a planificação com ajuda das crianças. Elas são os agentes para quem a aula é realizada, e por isso devem sempre dar a sua opinião (M.E., 2007:27; Brickman et al, 1991:115).

O educador como a figura de presença na sala de aula, deve ter uma postura calma, deve dar apoio, orientar, ouvir, incentivar a participação das crianças, deve observar e dar atenção a todo o grupo. O EI deve também fazer elogios, estar bem informado sobre os temas e explicá-los adequadamente, para que todas as crianças percebam, dar feedbacks construtivos e deve saber o nome de todas as crianças (Felizardo, 1994:21).

Na intervenção do educador, será necessário que este estabeleça estratégias diversificadas e uma intervenção especializada. Assim, poderá fazer uma regularização individual de cada processo e do percurso de aprendizagem, fazendo com que os profissionais encontrem estratégias de ensino adequadas à aprendizagem dos alunos (M.E.,2008:33). As atividades devem ser adequadas aos diferentes ritmos e níveis de aprendizagem (Company, 1996:147).

“Ensinar, tendo em atenção as necessidades, os interesses, as características e os estilos de aprendizagem dos alunos, requer a utilização de práticas educativas flexíveis, diversificadas” (Wood,2002; Correia, 2003 cit. in Correia, 2008:105).

O EI é um agente que consegue estruturar o seu plano, pois adquire conhecimentos sobre as atividades, o seu grupo, as áreas de desenvolvimento, o espaço e recursos que pode utilizar (Cró,1998:37).

É fundamental “diversificar, imaginar, criar, incentivar, todo um conjunto de atividades que possam ser, ao mesmo tempo, alicientes e geradoras de situações de ensino/aprendizagem” (Felizardo, 1994:11).

3.3.1 O papel do Educador como observador

A observação naturalista “tem por objeto de estudo os seres vivos e os seus comportamentos no seu meio quotidiano habitual, visa uma análise objetiva, causal e funcional da evolução dos comportamentos e das relações sociais”
(Ciccone, 2000:36).

A observação deve ser realizada ao longo de todo o ano letivo, durante as atividades, sejam elas colocadas pelo adulto ou iniciadas pelas crianças, em situações de brincadeira, no recreio ou nas atividades sugeridas ao professor. Tudo o que ocorre ao longo de um dia de aula é importante (Siraj-Blatchford, 2004:23).

Com a observação, o educador será capaz de delinear algumas estratégias para a sua prática pedagógica. Assim, a partir dos conhecimentos que as crianças já adquiriram e o que gostariam de abordar ao longo do ano, é possível planificar as estratégias pedagógicas a adotar. É necessário ter uma rotina diária para que as crianças tenham a noção de uma sequência temporal do que irá acontecer. Torna-se também necessário alterar o espaço para criar um ambiente mais acolhedor e apelativo respeitando os ritmos, interesses e capacidades de cada criança (Brickman & Taylor, 1991:36-39).

As crianças, ao planearem as atividades em conjunto com o adulto, desenvolvem capacidades linguísticas e de participação, entendem os resultados das suas escolhas e decisões, aprendem a ter noção temporal e conseguem perceber o que se pode realizar ao longo de um período de tempo (Brickman & Taylor, 1991:115-116).

Muitas das vezes, a observação é utilizada para conhecer e compreender as pessoas, as coisas, os acontecimentos e as situações, conseguir informações sobre a realidade. Neste sentido, o ato de observar é “aplicar

atentamente os sentidos a um objeto para dele adquirir um conhecimento claro e preciso” (Queiroz et al, 2007:277).

A observação é uma técnica importante no processo ensino-aprendizagem, é um dos pilares para a prática do professor e auxilia-o a saber o que fazer em cada momento do dia.

3.4 Currículo

O currículo engloba pois quer a planificação quer o resultado da sua implementação incluindo o que não está previsto e o que não é expressamente afirmado ou reconhecido
(Rodrigues, 1993:23).

O termo currículo, para a maioria dos EI, é “um conjunto estruturado e sequencial de tarefas que proporcionam o conteúdo de um programa educativo” (Brickman et al, 1991:3).

O significado de currículo, segundo Coll, é:

“ (...) a explicitação do projeto que preside e guia as atividades educacionais escolares, precisando as intenções que se encontram em suas origens e proporcionando orientações sobre o plano de ação, para levá-las a cabo. Com este propósito, a elaboração inclui informações sobre o que, quando e como ensinar e avaliar” (Coll, 1986:24 cit. in Coll et al, 1995:299).

O modelo curricular High/Scope oferece um plano geral aos educadores, permitindo desenvolver um programa específico, adequado às crianças com que irá trabalhar. As atividades educativas devem estar adaptadas à fase desenvolvimento de cada criança (Brickman et al, 1991:3).

Os currículos devem ser maleáveis e adequados às necessidades das crianças e às suas características e contextos. Essa adequação é encarada como uma competência do educador (Correia, 2007:111).

No currículo é essencial verificar quais os elementos que serão equivalentes a todas as crianças, e caso seja necessário alterá-lo em função das necessidades dos alunos (Rodrigues, 2001:97).

“De natureza polissêmica, o conceito de currículo contém as suas diversas fases, desde a concepção (planificação, projeto e desenvolvimento) até à sua realização tanto ao nível das salas de aula como à sua validação (avaliação final), um conjunto de fenómenos educativos que podem situar-se a todos os níveis da prática educativa” (Rodrigues, 1993:23).

Segundo o Decreto-Lei nº 6/2001 de 18 de Janeiro, no artigo 2:

“1. Entende-se por currículo nacional o conjunto de aprendizagens e competências a desenvolver pelos alunos ao longo do ensino básico, de acordo com os objetivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo;

2. O conjunto de competências consideradas essenciais e estruturantes no âmbito do desenvolvimento do currículo nacional, para cada um dos ciclos do ensino, o perfil de competências terminais deste nível de ensino, bem como os tipos de experiências educativas que devem ser proporcionadas a todos os alunos”.

Para que o currículo educativo seja útil na EPE, é essencial enfatizar o meio onde a aprendizagem será realizada. “A importância de objetivos claros, planeamento cuidadoso, integração curricular e a centralidade de jogos e interações têm de ser tidas em consideração, lado a lado com o papel desempenhado pelos adultos, progressão, observação, avaliação e registo” (Siraj-Blatchford, 2004:15). É essencial que o EI delineie um currículo partindo do que as crianças já sabem e percebem naquele instante (Siraj-Blatchford, 2004:21).

Quando existem algumas alterações no currículo regular, os alunos com NEE executam o mesmo como os restantes colegas, só que os objetivos estão mais adequados aos alunos com NEE (Correia, 2007 & Correia 2008:113).

Para responder às NEE em função do currículo regular, muitas vezes é essencial agrupar às medidas curriculares a provisão de meios para o acesso ao currículo. Para que o currículo seja adaptado às crianças com NEE este deve ser “coerente, aberto, flexível; propor e possibilitar um tratamento adequado, completo e minucioso dos objetivos, dos conteúdos e das demais componentes do currículo”. Deve proporcionar diferentes alternativas didáticas e metodológicas para o desenvolvimento de atividades de ensino-aprendizagem e de avaliação (Correia, 2007 & Correia, 2008:112).

O currículo deve ser planeado de uma forma estável e adaptado ao grupo de crianças em questão. Para que seja coerente e consistente, os educadores devem estar informados sobre o desenvolvimento das crianças e das suas culturas, dos conteúdos e objetivos, para que todas as crianças tenham a oportunidade de aprender e ter acesso ao currículo. O currículo deve ser importante para as crianças, por isso o EI tem um papel fundamental em confirmar que isso aconteça (Siraj-Blatchford, 2004:10-13).

“Se, à partida, os alunos revelam saberes, capacidades e competências diferentes, vamos então diversificar e diferenciar os meios, os métodos e as atividades do processo ensino-aprendizagem, de tal modo que, à chegada, os resultados sejam o mais homogêneos possível” (Correia, 2007 & Correia, 2008:113).

O “currículo específico individual” antevê modificações significativas no currículo regular na:

- “Priorização de áreas curriculares ou determinados conteúdos em detrimento de outros;
- Eliminação de objetivos e conteúdos;
- Introdução de conteúdos e objetivos complementares;
- Eliminação de áreas curriculares” (M.E., 2008:37).

A escolha deste currículo tem de ser ponderada. Torna-se essencial realizar uma avaliação pormenorizada da criança em questão, e incumbe ao Conselho Executivo e ao Departamento da EE orientar e certificar o desenvolvimento do currículo (M.E., 2008:38).

Capítulo II

Parte Prática

Investigação, Análise, Discussão

4. Metodologia da Investigação

4.1 Investigação em Educação

“Fazer investigação com crianças pequenas é tão complexo, gratificante e turbulento como viver e trabalhar com elas. Requer uma perspicácia especial para detetar as suas necessidades, mais do que as necessidades do projeto de investigação. Requer atenção às circunstâncias especiais que permitem às crianças mostrar-nos os seus mundos”
(Graue & Walsh, 2003:29).

A investigação como procedimento sistemático de descrever ou interpretar a realidade exige conhecimento aprofundado das técnicas e métodos que se poderão utilizar ou desenvolver (Fernandes, 1991:66).

Um trabalho de investigação em educação traduz-se em “compreender melhor os significados de um acontecimento ou de uma conduta, a fazer inteligentemente o ponto de situação, (...) compreender com mais nitidez como determinadas pessoas apreendem um problema e a tornar visíveis alguns dos fundamentos das suas representações” (Quivy & Campenhoudt, 1998:19).

Quando se pretende estudar comportamentos e atitudes em processos cognitivos, de forma a se perceber esses processos, torna-se necessário recorrer a uma metodologia qualitativa, como o método da observação, entrevistas e registo dos pensamentos, para melhor compreensão desses fenómenos (Fernandes, 1991:64).

Na investigação não se trata de discutir as metodologias, mas sim a forma de realizar ciência. A metodologia é um instrumento ao serviço da pesquisa que necessita de uma discussão teórica (Martins, 2004:291). É necessário definir o objeto com clareza e precisão, compreender os fundamentos da ciência, ter conhecimento dos métodos científicos e da realidade, definir os procedimentos de obtenção, verificação e sistematização do conhecimento, conhecer a conceção do mundo e a posição do Homem nele (Fernandes, 1977:50 cit. in Martins, 2004:291).

Nas metodologias de investigação em educação, podemos falar na existência de um processo de investigação que envolve várias fases para a

construção do conhecimento. Como referem Quivy & Campenhoudt, existem sete fases nesse processo: “a questão de partida, a exploração, a problemática, construção do modelo de análise, observação, análise das informações e conclusões” (Quivy & Campenhoudt, 1998:24-28).

4.2 Opções metodológicas

Neste estudo, para o esclarecimento da problemática em causa, será utilizada uma metodologia qualitativa, em que será usada como técnica de recolha de dados, a entrevista semiestruturada a educadoras de infância.

Com este método, e através de várias questões relacionadas com o meu objeto de estudo, conseguirei chegar à questão do problema de estudo inicial: saber quais as estratégias/práticas utilizadas pelos educadores de infância para integrar as crianças com NEE.

Bourdieu (1999) afirma “que a escolha do método não deve ser rígida mas sim rigorosa, ou seja, o pesquisador não necessita seguir um método só com rigidez, mas qualquer método ou conjunto de métodos que forem utilizados devem ser aplicados com rigor” (Boni et al, 2005:76).

“O conceito de entrevista, impresso no senso comum enquanto formato quotidiano de interação social, ganha nas ciências sociais e humanas um valor particular, já que se transforma num instrumento de recolha de informação” (Leal, 2008:19).

Através da entrevista, pode-se conhecer melhor uma pessoa, um tema ou um assunto, ou seja, a partir dela pode-se obter informação de carácter geral sobre o sujeito entrevistado, mas também informação de carácter específico, apurando-se assim o que haverá de importante para o objetivo em estudo (Leal, 2008:23).

A entrevista faz parte da vida das pessoas. Ser entrevistado ou entrevistar é uma técnica que se adquire ao longo do percurso de socialização e educação. Para os adultos, a entrevista é encarada como uma interação formal (Leal, 2008:23).

A preparação da entrevista é uma das fases essenciais da pesquisa que exige tempo e alguns cuidados, tais como o planeamento da entrevista, que deve ter em conta a finalidade do estudo, a realização de um guião de entrevista, a escolha dos sujeitos entrevistados e a disponibilidade para realizar a entrevista (Lakatos, 1996 cit. in Boni et al, 2005:72).

“A finalidade das entrevistas a realizar consiste, em última instância, na recolha de dados de opinião que permitam não só fornecer pistas para a caracterização do processo em estudo, como também conhecer, sob alguns aspetos, os intervenientes do processo” (Estrela, 1994:342).

No que diz respeito à formulação das questões da entrevista, o pesquisador deve ter o cuidado de não elaborar perguntas “absurdas, arbitrárias, ambíguas, deslocadas ou tendenciosas” (Bourdieu, 1999 cit. in Boni et al, 2005:72). O guião de entrevista deve conter questões com sequência de conversação, para terem um sentido lógico para o entrevistado, de forma a se obter respostas o mais naturais possível (Bourdieu, 1999 cit. in Boni et al, 2005:72).

4.2.1 Entrevista semiestruturada

A entrevista dirigida para a resposta caracteriza-se pelo facto de o entrevistador manter o controlo no desenvolvimento de todo o processo, podendo ser do tipo estruturada ou semiestruturada (Lessard-Hébert et al, 1994:162).

Nas entrevistas semiestruturadas assentam questões abertas e fechadas, onde o entrevistado tem a oportunidade de falar sobre o tema sugerido. As questões devem ser antecipadamente organizadas. O entrevistador deve estar com atenção para, caso seja conveniente, colocar novas questões para que a entrevista fique clara. A entrevista semiestruturada é muito utilizada quando se pretende restringir a quantidade de informações, de forma a conseguir uma direção centrada no tema e com a finalidade do objetivo de estudo (Boni et al, 2005:75).

Na entrevista semiestruturada, o entrevistador num processo de interação com o entrevistado obtém as informações essenciais para o seu estudo,

através de um guião com tópicos interligados com o problema em estudo. Quando se realiza este tipo de entrevista, deve-se ter uma estruturação prévia do guião de entrevista e relacioná-lo com os objetivos gerais e específicos em estudo.

“A principal vantagem da entrevista semi-estruturada é que uma técnica que obtém uma melhor amostra da população de interesse, a entrevista tem um índice de respostas bem mais abrangente, uma vez que é mais comum as pessoas aceitarem falar sobre determinados assuntos” (Selltiz et al, 1987 cit. in Boni et al, 2005:75).

Outra vantagem das entrevistas semiestruturadas diz respeito à dificuldade que muitos sujeitos têm em responder por escrito. A entrevista possibilita a correção de equívocos dos entrevistados, flexibilidade de duração e permite também uma interação maior entre entrevistador e entrevistado. Desta forma, o entrevistador pode falar de assuntos mais complexos e obter respostas mais espontâneas, facilitando assim a colocação de outras questões suplementares ao roteiro, que podem ser fulcrais para o seu estudo. Através da entrevista é possível uma investigação ao nível dos aspetos afetivos e comportamentais (Boni et al, 2005:75).

Na tabela 2 é explicada uma parte do quadro-síntese produzido por Bruyne et al, 1975. Os autores tentam mostrar uma classificação dos modos e técnicas de recolha de dados, tipos de informações privilegiadas e quais as opções técnicas que estão abrangidas (Lessard-Hébert et al, 1994:144-145).

Tabela 2: Modos de recolha de dados e respetiva técnica, segundo Bruyne et al, 1975:202-205 (retirado de Lessard-Hébert et al, 1994:145).

Modos de recolha	Tipos de informação	Opções técnicas implicadas
A entrevista é centrada num tema específico.	Factos sobre opiniões expressas sobre: - Acontecimentos; - Outros; - Próprio.	Seleção das informações: - Amostras; - Entrevistados.

4.2.1.1 Metodologia qualitativa

Como já foi referido, o meu estudo será baseado numa metodologia qualitativa, que consiste numa análise de dados de acordo com as informações obtidas pelas entrevistas semiestruturadas. Através da transcrição das entrevistas, serão analisadas as respostas dadas ao roteiro.

“O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível (...) o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas (...)” (Chizzotti, 2003:221).

Existe um grande número de métodos que pertencem à pesquisa qualitativa, tais como: “o estudo de caso, a política e a ética, a investigação participativa, a entrevista, a observação participante, os métodos visuais e a análise interpretativa” (Denzin et al:16).

Na metodologia qualitativa existe uma perceção com mais profundidade, procura-se pesquisar o que está por trás de alguns comportamentos e atitudes. Não existe inquietação com a dimensão da amostra, nem com a generalização do resultado. Como o próprio investigador é o “instrumento” de recolha de dados por excelência, a validade e fiabilidade dependem do seu conhecimento, integração e sensibilidade (Fernandes,1991:65-66).

Existem alguns problemas relacionados com a metodologia qualitativa, tais como: a objetividade, o tempo de investigação e o envolvimento do investigador com os investigados. O problema da objetividade coloca-se quando o investigador tem pouca experiência e/ou falta de conhecimento. O problema associado ao tempo de investigação deve-se ao facto de esta necessitar de um tempo alargado. Relativamente ao envolvimento do investigador com os investigados, este pode constituir um problema uma vez que os investigados ao agirem de forma a irem ao encontro do que o investigador espera, corrompem os resultados (Fernandes,1991:66).

A investigação qualitativa não se interessa com a representação numérica, mas com o aprofundamento da compreensão a partir de uma população. Os investigadores que recorrem a métodos qualitativos “recusam o modelo

positivista (...) o pesquisador não pode fazer julgamentos, nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa” (Goldenberg, 1999 cit. in Jardim et al, 2009:3).

A abordagem qualitativa é promitente de uma possibilidade de investigação nas pesquisas elaboradas no âmbito da educação (<http://www.bocc.ubi.pt/pag/teis-denize-abordagem-qualitativa.pdf>). Através desta abordagem obtêm-se dados descritivos através da interação do investigador com o objeto de estudo, da compreensão dos fenómenos de acordo com a população estudada, para posteriormente realizar a interpretação desses fenómenos (Neves, 1996:1).

“O emprego de métodos qualitativos pode conferir redirecionamento da investigação, com vantagens em relação ao planeamento integral e prévio de todos os dados da pesquisa” (Piore, 1979:560 cit. in Neves, 1996:3). No entanto, existem problemas relacionados com a aplicação deste método. Segundo Manning (1979) deve ter-se em atenção problemas relacionados com a linguagem na expressão de ideias. Torna-se necessário descodificar essas ideias para que a análise qualitativa seja efetuada (cit. in Neves, 1996:4).

A metodologia qualitativa “consiste na heterodoxia no momento da análise dos dados”, a diversidade do material obtido qualitativamente exige do investigador uma habilidade integrativa e analítica, que provém do desenvolvimento de uma habilidade criativa e axiomática (Martins, 2004:292).

Os investigadores qualitativos e os quantitativos imaginam que sabem algo sobre a sociedade, e que será contributo contar para os outros, em que aplicam uma diversidade de formas e de meios para comunicarem as suas ideias e descobertas (Becker, 1986:122, cit. in Denzin et al:23).

4.3 Amostra

A amostra deste estudo são Educadoras de Infância que terminaram a sua licenciatura há dois anos ou mais. Tomei a liberdade de escolher educadoras com alguma experiência para que fosse possível obter respostas com mais precisão e clareza. Foram realizadas dez entrevistas semiestruturadas às educadoras.

A seleção da amostra deve ter em conta alguns critérios, como a experiência da população, o tempo que se pode dispor, os recursos e as informações que se necessita. Como afirma Quivy e Champenhoudt “na prática é simplesmente a margem de manobra do investigador, os prazos e os recursos que dispõe, os contactos e as informações com que pode razoavelmente contar, as suas próprias aptidões” (Quivy & Champenhoudt, 1998:158). As entrevistas semiestruturadas foram realizadas de forma informal, devido ao fato de já conhecer os sujeitos entrevistados. Como investigadora, procurei realizar as entrevistas com as pessoas conhecidas, com o objetivo de obter respostas mais sentidas. As entrevistadas ao sentirem-se mais à vontade, pelo fato de também me conhecerem e de serem da mesma área profissional, permitiu uma melhor integração e explicação do tema em questão.

As entrevistas foram realizadas na residência das Educadoras de Infância e cada entrevista durou entre 25 a 45 minutos. As entrevistadas exercem funções como Educadoras de Infância (EI), no mínimo há dois anos e no máximo há nove anos e meio. Seis das entrevistadas têm experiência na área de Educação Especial. Algumas entrevistadas trabalham na creche e outras no pré-escolar, de ensino público ou ensino privado.

Ao realizar as entrevistas com as educadoras, que são minhas conhecidas e que já me conhecem, podem existir alguns problemas, como as respostas serem dadas da maneira como elas pensam que eu espero, algumas informações podem não ser tão explicadas, e as respostas serem mais espontâneas. O facto de realizar entrevistas a pessoas conhecidas foi mais fácil, pois tive a oportunidade de o fazer num curto espaço de tempo, e as entrevistadas estiveram disponíveis para me receberem nas suas residências durante um fim de semana.

Para o tratamento dos dados, as entrevistas foram ouvidas de novo, e transcritas de acordo com a gravação da entrevista. Após a transcrição, organizei esses dados de forma a serem melhor compreendidos na análise dos dados. De acordo com as questões do meu guião, juntei as questões que teriam sentido analisar em conjunto, e organizei-as em temas, que são indicados na análise dos dados. Comecei por fazer um levantamento dos dados sobre as entrevistadas e em seguida sobre a formação e conhecimento sobre a área de Educação Especial. Outros pontos que tive em consideração foram sobre a integração das crianças com NEE e sobre a caracterização do contexto e grupo de crianças. Posteriormente foquei-me no desempenho profissional do Educador de Infância: planificação e estratégias, o acompanhamento e interligação com outros profissionais, e por último, os instrumentos de registo usados.

5. Análise dos dados

*“A função de coletar e analisar os dados é extremamente trabalhosa e normalmente individual”
(Neves, 1996:4).*

É necessário muita energia para tornar os dados comparáveis. É também necessária uma grande dedicação e tempo para se conseguir registrar, organizar, codificar e realizar a sua análise (Neves,1996:4).

Muitas vezes, é difícil realizar a análise dos dados, pois implica por parte do investigador, uma grande capacidade em conseguir interpretar todos os dados. O investigador tem que estar familiarizado com a sua pesquisa, para poder alcançar uma análise positiva e verdadeira, através de uma compreensão do seu objeto de forma a ser explícita para todos os investigadores.

Após ter realizado todas as entrevistas, o investigador transcreve e revê, escuta e organiza-as, de modo a poder fazer a sua análise.

Bourdieu (1999) “aponta algumas sugestões para com a transcrição da entrevista que é parte integrante da metodologia do trabalho de pesquisa. Uma transcrição de entrevista não é só aquele ato mecânico de passar para o papel o discurso gravado do informante (,,,) o pesquisador tem que apresentar os silêncios, os gestos, os risos, a entonação de voz do informante durante a entrevista. Esses “sentimentos” que não passam pela fita do gravador são muito importantes na hora da análise, eles mostram muita coisa do informante” (Boni et al, 2005:78).

Quando se faz a análise dos dados, é necessário interpretar todas as respostas, comportamentos e expressões que o entrevistado fez. Nesta fase analisa-se de uma forma pormenoriza as ações do entrevistado.

As entrevistas foram acompanhadas de um guião de entrevista (vide anexo 1:90-92), previamente realizado, com a finalidade de obter informações sobre os entrevistados, os seus conhecimentos sobre o tema de estudo, o seu papel e desempenho como profissional.

No início da entrevista, expliquei a cada entrevistado qual a finalidade do estudo, e a sua confidencialidade, apesar de todos os entrevistados serem conhecidos, como já referi anteriormente. Como investigadora que sou, agi de

forma ética, e por isso tive uma atitude como se fosse entrevistar alguém desconhecido.

“Para se obter uma boa pesquisa é necessário escolher as pessoas que serão investigadas, sendo que, na medida do possível estas pessoas sejam já conhecidas pelo pesquisador ou apresentadas a ele por outras pessoas da relação da investigada. Dessa forma, quando existe uma certa familiaridade ou proximidade social entre pesquisador e pesquisado as pessoas ficam mais à vontade e se sentem mais seguras para colaborar” (Boni et al, 2005:76).

O guião de entrevista foi usado como suporte para me orientar durante a entrevista, mas como utilizei o método da entrevista semiestruturada, ao longo da conversa, pude acrescentar mais alguma questão ou algum ponto que senti que podia ser relevante para o meu estudo, ou pedir para me clarificar o que respondia.

A entrevista semiestruturada tem vantagens pelo fato de se poder modelar as questões iniciais e procurar melhor esclarecimento para a pesquisa em questão. “As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa” (Boni et al, 2005:75).

Goldenberg (1997) assinala que para se realizar uma entrevista bem sucedida é necessário criar uma atmosfera amistosa e de confiança, não discordar das opiniões do entrevistado, tentar ser o mais neutro possível. Acima de tudo, a confiança passada ao entrevistado é fundamental para o êxito no trabalho de campo. Além disso, existe um código de ética do sociólogo que deve ser respeitado (Boni et al, 2005:78).

Como referi na amostra, foram realizadas dez entrevistas semiestruturadas a educadoras de infância. Na tabela que se segue poderá verificar algumas informações sobre as entrevistadas, como as suas habilitações académicas, anos de experiência e os anos de experiência na área de Educação Especial.

Tabela 3: Dados sobre as entrevistadas

Entrevistadas	Habilitações acadêmicas	Anos de experiência	Anos de experiência na EE
DA	Licenciatura em Educação de Infância e Mestrado em Educação Especial: Cognitivo Motor	Quatro anos e meio	Dois anos
CC	Licenciatura em Educação de Infância	Dois anos	Nenhum
MF	Licenciatura em Educação de Infância e Mestrado em Sociologia de Infância	Nove e meio anos,	Quatro meses
RC	Licenciatura em Educação de Infância e Pós-graduação em Educação Especial	Dois anos e meio	Meio ano
LC	Licenciatura em Educação de Infância e Pós-graduação em Educação Especial: Cognitivo Motor	Quatro anos	Um ano
BF	Licenciatura em Educação de Infância e Pós-graduação em Educação Especial	Seis anos	Um ano
RN	Licenciatura em Educação de Infância	Dois anos	Nenhum
AG	Licenciatura em Educação de Infância	Dois anos	Nenhum
CG	Licenciatura em Educação de Infância	Quatro anos	Um ano
SS	Licenciatura em Educação de Infância	Dois anos	Nenhum

Como se verifica na tabela 3, os sujeitos entrevistados apresentam uma formação acadêmica comum: todos possuem habilitações acadêmicas em Educação de Infância, existindo alguns que realizaram outras formações, como Pós-graduação e Mestrado. Os anos de experiência variam entre os dois e os nove anos e meio, e a maioria tem alguma experiência na área de Educação Especial. Como referi anteriormente, as entrevistadas foram escolhidas de

acordo com a sua experiência, de pelo menos dois anos, de forma a permitir um melhor testemunho.

5.1 Formação e Conhecimento na área de Educação Especial

Em relação à formação na área de Educação Especial, verifica-se através das entrevistas que a maioria teve uma unidade curricular durante a realização do seu curso. Verifica-se também que outros realizaram após a finalização da sua licenciatura, cursos de formação contínua, Pós-graduação e Mestrado na área.

“ (...) sim, na componente letiva do curso, um semestre de uma disciplina” (entrevistada AG, anexo 2:130).

“ (...) sim, cursos específicos de educação inclusiva” (entrevistada BF, anexo 2:117).

“ (...) sim, através do mestrado de EE” (entrevistada DA, anexo 2:112).

“ (...) sim, através de uma disciplina na universidade durante dois semestres e realizei uma pós-graduação na mesma área” (entrevistada RC, anexo 2:105).

“ (...) Já tive formação na área de educação especial. Uma ação de formação a nível da intervenção precoce. E uma formação de 35 horas cujo nome era “Avaliar e despistar para melhor integrar”, que abrangeu várias problemáticas a nível de NEE” (entrevistada RN, anexo 2:125).

A meu ver, penso que a formação dos professores devia ser reformulada e deveria ser ponderada a existência de um maior conhecimento na área de EE, como a criação de mais unidades curriculares neste âmbito. Nos cursos de EI e professores existe apenas uma unidade curricular que pode ser de um semestre ou dois, dependente da universidade em questão, como mostra a tabela 4. E através das entrevistas podemos verificar que alguns procuram obter mais formação de forma espontânea/opcional. Ao longo das diversas entrevistas senti que todos partem da mesma opinião, que é dada pouca relevância a uma área que é cada vez mais presente nas escolas regulares, e que mesmo sem formação específica na área é possível ter turmas com algumas crianças com NEE.

Tabela 4: Duração da disciplina de NEE nas Universidades

Universidade	Disciplina de NEE
Universidade de Aveiro	Um semestre
Universidade de Coimbra	Dois semestres
Escola Superior de Educação de Viseu	Um semestre
Escola Superior de Educação – Pólo de Lamego	Dois semestres

Algumas das entrevistadas exercem funções como educadores na EE, e os motivos das suas escolhas são porque gostam e/ou porque a diferença os fascina, outros porque hoje em dia a EE é um facto ou por abrir novas portas no sistema de ensino.

“ (...) Sim optei, porque é bom poder ajudar as crianças com dificuldades, é uma área que me cativa, uma vez que nem todas as pessoas estão disponíveis para trabalhar com crianças “diferentes” (gesto com a mão) ” (entrevistada RC, anexo 2:106).

“ (...) Optei, pois é hoje uma realidade” (entrevistada BF, anexo 2:117).

“ (...) Sim optei, porque gosto, e penso que hoje em dia é necessário poder estar preparada para responder às questões de inclusão e integração de crianças com NEE na escola regular.” (entrevistada LC, anexo 2:113).

Existe uma entrevistada que não é educador de EE, mas gostaria de ser: *“não sou, mas gostaria”* (entrevistada SS, anexo 2:122).

Em relação ao conhecimento sobre a EE, todos conhecem o conceito, pela sua formação como professor, através de pesquisas e trabalhos académicos sobre a área de EE. Uma entrevistada referiu o facto de já ter realizado um trabalho escolar antes da entrada na universidade.

“Sim tenho, anteriores à licenciatura, só um mas um conhecimento reduzido” (entrevistada RC, anexo 2:105).

“Sim, já tinha alguns” (entrevistada CG, anexo 2:134).

“ Já. Através licenciatura” (entrevistada DA, anexo 2:110).

“Sim, através da disciplina de NEE integrada no curso durante um semestre, e pelos trabalhos realizados na universidade” (entrevistada SS, anexo 2:121).

5.2 Integração das crianças com NEE

Relativamente à integração das crianças com NEE na escola regular, todas as entrevistadas estão em sintonia, ou seja, todas partilham de uma opinião positiva acerca da integração:

“Penso que a integração é um fator positivo” (entrevistada RN, anexo 2:126);

“ (...) Pois esta integração “abre” mentalidades e conhecimentos para todas as crianças” (entrevistada AG, anexo 2:131);

“ Em relação às dificuldades, é importante a inclusão na sala do regular, para que a criança se sinta acolhida e para que as outras crianças aprendam a lidar com a diferença” (entrevistada RC, anexo 2:106);

“ (...) Aprendem uns com os outros, importa é mudar mentalidades” (entrevistada CC, anexo 2:95).

A integração de crianças com NEE permite que todos os intervenientes que participam no processo educativo sejam integrados: *“considero que todos beneficiaram desta integração, todos se tornaram mais conscientes das suas próprias potencialidades e fragilidades, todos se tornaram mais tolerantes” (entrevistada MF, anexo 2:100).*

Por ser uma pedagogia mais centrada nas crianças e por existir uma maior interligação entre os outros:

“ A integração de crianças com NEE numa escola regular, deve estar adequada através de uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro das suas necessidades. Desta maneira, os alunos aprendem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem” (entrevistada SS, anexo 2:122).

A integração é um direito e também uma igualdade de oportunidades.

“Na minha opinião todos têm o mesmo direito a frequentar a escola regular tendo NEE ou não (...)” (entrevistada CG, anexo 2:135).

“Todos devem ter os mesmos direitos e deveres” (entrevistada DA, anexo 2:110).

“ (...) escola inclusiva é fundamental para criar igualdade de oportunidades para as crianças, para que todas alcancem o sucesso, sejam quais forem as suas características individuais” (entrevistada RN, anexo 2:126).

Em relação ao sistema escolar estar adequado às crianças com NEE, as entrevistadas concordam que não está adequado e que é necessário ainda trabalhar mais nessa área. Os profissionais necessitam de mais formação: *“nem todos os estabelecimentos de ensino se encontram preparados, tendo em conta fatores estruturais e a nível da formação dos profissionais de ensino. Considero fundamental, apostar na formação a esse nível, existindo assim, uma maior preparação” (entrevistada RN, anexo 2:126).*

Uma entrevistada fala da sua preocupação de as turmas serem cada vez maiores, o que dificulta essa adequação de ensino para existir a integração de crianças com NEE

“Atualmente penso que não, e acho que cada vez será pior, pois querem aumentar os grupos. Acho que não será vantajoso” (entrevistada CC, anexo 2:95).

“Ainda não, pois cada vez as turmas são maiores, e é necessário recursos humanos para responder a todas as crianças” (entrevistada DA, anexo 2:111).

Outra entrevistada afirma que não está completamente de acordo mas é da opinião que cada vez mais se preocupam com essa questão da integração e que há melhor qualidade de ensino:

“(...) a meu ver, o sistema escolar está cada vez mais preocupado no bem-estar destas crianças e com isto há um maior cuidado e uma maior preparação para receber crianças com NEE nas escolas, isto é, há uma maior qualidade no ensino” (entrevistada SS, anexo 2:122).

Outra entrevistada refere que não concorda com a integração de crianças com NEE na escola regular e explica a sua opinião:

“Não, porque nem sempre existe alguém que as possa acompanhar a tempo parcial, quanto mais a tempo inteiro, e muitas escolas não estão

adequadas para melhorar a mobilidade, a autonomia e o desenvolvimento dessas crianças” (entrevistada CG, anexo 2:135).

5.3 Caracterização do contexto e grupo de crianças

Tabela 5: Caracterização do contexto e grupo de crianças

Entrevistadas	Contexto	Ano	Constituição do grupo			
			Idades	Número de alunos	Alunos “Normais”	Alunos com NEE
DA	Público	Pré-escolar	3-6	19	17	2
CC	Privado	Creche	1-2	19	19	0
MF	Público	Pré-escolar	3-6	18	17	1
RC	Privado	Pré-escolar	3-6	17	16	1
LC	Público	Pré-escolar	3-6	20	18	2
BF	Público	Pré-escolar	3-6	18	15	3
RN	Privado	Creche	1-3	15	15	0
AG	Privado	Pré-escolar	3-6	22	22	0
CG	Público	Pré-escolar	3-6	19	19	0
SS	Privado	Creche	2-3	15	15	0

De acordo com a tabela 5, verifica-se que metade das entrevistadas trabalham para o Ministério da Educação, ou seja, para o serviço público, e outra metade das entrevistadas exercem funções no setor privado.

Também se constata que no serviço público a maioria tem nas suas turmas alunos com necessidades educativas especiais, enquanto no privado só uma entrevistada é que tem no seu grupo um aluno com NEE.

Através da tabela 5 consegue-se perceber que as entrevistadas só trabalham com NEE no pré-escolar.

É relevante falar da constituição do grupo, dado que as turmas são cada vez mais heterogéneas, e o educador tem que estar preparado para integrar todas as crianças. A aula é preparada de acordo com o grupo e com as necessidades de cada elemento (tabela 6).

Tabela 6: Tipos de Necessidades Educativas Especiais das crianças abordadas pelas entrevistadas

Criança	NEE	Idade
Criança 1	Dificuldades de Aprendizagem	3
Criança 2	Hiperatividade	4
Criança 3	Autismo	5
Criança 4	Autismo	4
Criança 5	Problemas de Comunicação	3
Criança 6	Deficiência auditiva	5
Criança 7	Dificuldades de Aprendizagem	5
Criança 8	Dificuldades de Aprendizagem	3
Criança 9	Hiperatividade	4

Algumas das entrevistadas são da opinião que é difícil trabalhar com uma turma heterogénea, na elaboração das atividades, ao realizar a planificação das aulas ou pelo facto da turma ser numerosa:

“Sim, na planificação de atividades” (entrevistada AG, anexo 2:131).

“Não diria heterogénea, mas sim numerosa (...) nem sempre podemos dar toda a atenção que todos necessitam” (entrevistada MF, anexo 2:101).

“Sim, a educação tradicional a que estamos acostumadas a lidar trata os alunos de forma padronizada, o que dificulta este trabalho individualizado, atendendo às necessidades de cada aluno, a maior dificuldade é o número excessivo” (entrevistada BF, anexo 2:118).

Existe também a dificuldade do educador/professor responder a todas as crianças e às suas necessidades:

“Para um docente é complicado responder a todas as necessidades educativas de uma turma pois essas podem ser de várias categorias” (entrevistada LC, anexo 2:114).

Também se torna difícil porque é necessário a escola estar adaptada para responder a todas as crianças, ao nível dos recursos físicos e humanos. Cada criança é um ser único e tem necessidades diversificadas.

“Existem algumas dificuldades em ter uma turma heterogénea e, como tal, seria necessário que as escolas dispusessem de recursos (espaços físicos, professores especializados e outros técnicos) que permitissem um sistema de apoio adequado a estas crianças. Estas dificuldades baseiam-se fundamentalmente no facto de as crianças terem níveis de dificuldades e problemas diferentes” (entrevistada SS, anexo 2:122).

Algumas das entrevistadas têm uma opinião diferente ao que foi apresentado anteriormente. Não consideram que existam dificuldades em ter uma turma heterogénea, porque é uma forma de interajuda por parte das crianças. Acreditam que as crianças aprendem através das outras, e sendo elas todas “diferentes” existe uma maior interligação e ajuda por parte delas.

“Eu considero benéfico ter turmas heterogéneas. Todas as crianças beneficiam com as diferenças de idades, há entreajuda e cooperação entre todas as faixas etárias” (entrevistada RC, anexo 2:106).

Esta questão tem muito a ver com o papel que o educador tem que realizar, e quando este planifica a sua aula, tem que o fazer de forma a integrar toda a turma, *“acho que não, desde que o educador adapte as atividades”* (entrevistada CC, anexo 2:95).

Hoje em dia está cada vez mais presente na carreira de professor, a existência de turmas heterogéneas, *“eu não acho que existe dificuldades numa turma heterogénea, até porque estou habituada a trabalhar só com turmas heterogéneas, e acho que podem aprender muito umas com as outras. Por vezes pode ser mais difícil adequar atividades ou explicar alguns temas, mas com a ajuda de todos torna-se mais fácil”* (entrevistada CG, anexo 2:135).

5.4 Desempenho profissional do Educador de Infância: planificação e estratégias

Segundo o apurado nas entrevistas, verifica-se que as educadoras de infância, na sua atividade profissional, planificam a sua aula de acordo com o nível de desenvolvimento das crianças, de forma a integrar todas as crianças, tendo em conta os seus interesses e necessidades:

“Planifico as atividades com objetivos para cada nível de desenvolvimento, procurando em cada uma delas responder às necessidades de cada criança” (entrevistada RN, anexo 2:127).

“Planifico uma atividade com diferentes objetivos de acordo com as faixas etárias e com as dificuldades de cada criança” (entrevistada RC, anexo 2:107).

“(...) planifico tendo em conta os interesses e necessidades do grupo de crianças” (entrevistada SS, anexo 2:123).

“ (...) através do que as crianças querem apreender ou no momento demonstram mais interesse” (entrevistada CG, anexo 2:135).

“ (...) baseadas no nível de conhecimento e habilidades de cada um” (entrevistada BF, anexo 2:118).

No que diz respeito à integração das crianças na elaboração da planificação, esta é feita de forma a integrar todos os alunos:

“Planifico as atividades de acordo com as intenções das crianças, muitas das vezes faço uma parte da minha planificação com as crianças, assim já e uma forma de cada uma dar a sua ideia e integrar todas” (entrevistada AG, anexo 2:131).

“Planifico atividades que possam ser realizadas por todos os alunos e que valorizem os pontos fortes de cada um deles” (entrevistada LC, anexo 2:114).

Sabendo que as crianças são todas diferentes e que se deve planificar as aulas para que todas possam participar e aprender, deve dar-se o tempo necessário a que cada uma consiga terminar a sua tarefa *“tendo em conta as características do aluno e duração da realização da atividade”* (entrevistada DA, anexo 2:111).

Relativamente à integração de todas as crianças e da existência de crianças com NEE na escola regular, uma entrevistada salienta que:

“(...) implementei uma rotina que, no período da tarde não tivesse tempos de concentração, ou seja de estarem sentados, com tempos muito longos, privilegiei a manipulação, os jogos de cooperação, e atividades em subgrupos” (entrevistada MF, anexo 2:102).

Em relação às estratégias que são utilizadas na sala de aula, as entrevistadas mostram que têm em consideração as características do seu grupo, e que as estratégias são pensadas para que todas as crianças sejam

integradas, e possam participar, de acordo com o seu nível de desenvolvimento.

“As estratégias são diversificadas...” (entrevistada BF anexo 2:118).

“ (...) manipulação de diferentes materiais e objetos, jogos, músicas...” (entrevistada CC, anexo 2:96).

“ (...) atividades práticas e jogos lúdicos com temáticas de aprendizagem” (entrevistada LC, anexo 2:114).

“ (...) sejam motivadoras para as crianças, e claro que sejam adequadas ao seu nível de desenvolvimento” (entrevistada RN, anexo 2:127).

“ (...) é fundamental o trabalho em pequenos grupos, traz mais benefícios para as crianças que estão mais atentas à atividade e consigo fazer um apoio mais objetivo e de maior qualidade” (entrevistada RC, anexo 2:107).

“Reduzir os tempos e duração das atividades para que todos participem, criar atividades que propiciem a informação e originem a necessidade de comunicar, utilizar objetos significativos para a criança de forma a facilitar a sua exploração” (entrevistada AG, anexo 2:131).

O envolvimento da família também é usado como estratégia. A sua participação e troca de informações é uma mais-valia para o trabalho do educador e para as crianças.

“Necessitámos também de envolver a mãe e família em algumas tarefas, para obter uma generalização dos comportamentos a diferentes contextos” (entrevistada MF, anexo 2:102).

Existe uma entrevista que realça a troca de informações e debate das estratégias com a educadora do ensino especial:

“As estratégias que utilizei com esta criança foram sempre muito refletidas e debatidas com a educadora de apoio, tendo sempre em vista os objetivos que nos propúnhamos atingir” (entrevistada MF, anexo 2:102).

Como referi, todas as entrevistadas diversificam as estratégias para integrar todas as crianças:

“Sim, dentro de cada tópico (...) faço a atividade com diferentes graus de dificuldade, algumas atividades são mesmo diferentes (exemplo: um puzzle com mais peças para uma criança de 5 anos e outro com menos peças para uma criança de 3) ” (entrevistada RC, anexo 2:107).

“Sim, sempre! Há envolvimento de toda turma, para que seja realizada de facto o processo de inclusão e a inserção dos alunos com NEE com os restantes alunos da turma” (entrevistada BF, anexo 2:119).

Relativamente aos métodos de intervenção para a integração de crianças com NEE, nem todas as educadoras o fazem, pelo facto de algumas ainda não terem tido experiência com crianças com NEE. Senti que algumas não estavam informadas em relação a este tipo de métodos, porque algumas ficaram admiradas com a questão.

“Por vezes realizo atividades de desenvolvimento/atenção para a criança especial enquanto as restantes estão a trabalhar ou a brincar e realizo uma tarefa de tutoria em que uma criança mais velha ou um grupo de crianças fica “responsável” por ajudar a criança especial durante um certo período de tempo” (entrevistada RC, anexo 2:107).

“Geralmente as dinâmicas de grupo ajudam muito este processo de integração...” (entrevistada BF, anexo 2:119).

“Considero que se devem utilizar métodos facilitadores para a integração das crianças, (...) um método mais individualizado, em que todas as crianças aprendem a respeitar e a ser mais solidários com as crianças com NEE (...)” (entrevistada RN, anexo 2:127).

“ (...) através da comunicação, adequo a cada criança, para que elas se sintam integradas e percebam as atividades de forma a obterem sucesso. Uso muito a realização de atividades em pares para que haja interação criança-criança (...) no final da tarefa, junto todo o grupo para discutirem entre elas (...)” (entrevistada LC, anexo 2:115).

“ (...) o método de interação, em que desenvolvo tarefas através da comunicação, em que todos têm que falar dos seus colegas de turma, caracterizarem-se, é uma forma de existir interação de criança-grupo e criança-criança” (entrevistada DA, anexo 2:111).

Numa entrevista, uma entrevistada refere que o mais importante é:

“O afeto, o construir uma relação em interação. Sem receitas ou modelos porque é algo que se constrói e fortalece a cada dia. Ganhamos confiança, percebemos o papel e reação do outro. É como ensina o Sait-Èxupery no “Príncipezinho”: “(...) é preciso criar laços, e esses laços não se forçam ou criam instantaneamente. Eles criam-se...” (entrevistada MF, anexo 2:102).

5.5 Acompanhamento e interligação com outros profissionais

Os diferentes entrevistados usam materiais apelativos nas diversas atividades para que as crianças com NEE possam participar. Recorrem também a atividades motivadoras, à diversidade de materiais e depois de explicarem uma atividade, pedem à criança para a explicar de seguida aos colegas, através de reforços positivos. O educador deve também dar a oportunidade a todas as crianças de darem a sua opinião e ideias.

“ (...) utilizando materiais apelativos, fantoches, tudo o que se possa manipular, trazendo diferentes materiais, apelando à diversidade de materiais” (entrevistada RC, anexo 2:108).

“ (...) com reforços positivos e atividades que motivem os alunos a participar e intervir” (entrevistada LC, anexo 2:115) e através do envolvimento de todo o grupo, *“através da motivação e envolvimento nas atividades”* (entrevistada BF, anexo 2:119).

Uma entrevistada afirma que estimula a participação da mesma forma como faz com as restantes crianças que não tem NEE:

“ (...) da mesma forma que as outras crianças, atendendo às suas necessidades e especificidades. Explicando a atividade de perto, de forma breve e clara, exemplificando, procurando que observem antes de poder “corresponder” (...) e sobretudo reforçando todos e cada um dos êxitos” (entrevistada MF, anexo 2:103).

Uma entrevistada realça a importância da interajuda e companheirismo para a participação de todas as crianças:

“ (...) a participação das crianças com NEE passava sempre por tentar que as outras crianças ajudassem essas crianças e que tentassem ajudar, o que motivava bastante as crianças com NEE” (entrevistada CG, anexo 2:136).

Através da análise das entrevistas é possível ter uma melhor perceção de como as educadoras lidam com os conflitos entre as crianças. Segundo a entrevistada BF, SS e RN o diálogo é fundamental.

“ (...) de forma igual aos restantes, mas de acordo com a dificuldade da criança tem de se adaptar (...) tento apelar ao seu bom senso e por vezes coloco as crianças a pensar no que aconteceu, e falo com elas sobre o sucedido” (entrevistada RC, anexo 2:108).

“ (...) de uma forma serena, para que perceba o seu comportamento com o par e vice versa” (entrevistada AG, anexo 2:132).

Verifica-se nas entrevistas que algumas educadoras optam por ter um diálogo sobre as diferenças de todos, para tentarem amortecer os conflitos e facilitando a aceitação por parte de todos e não colocarem de parte ninguém por ser “diferente”.

“Tento sempre explicar as diferenças de uns e outros de forma a que percebam facilmente as limitações de uns e outros tentando assim que não haja conflitos” (entrevistada CG, anexo 2:136).

“Procuro inicialmente informar toda a turma sobre as diferenças existentes entre todos para que os conflitos que possam existir não tomem grandes proporções e estas sejam resolvidas em diálogo” (entrevistada LC, anexo 2:115).

Em relação ao acompanhamento fora da escola, na maioria as crianças usufruem desse acompanhamento, dependendo do nível de NEE. Em todos os casos, existe um profissional da EE que se dirige à escola para uma melhor integração da criança na escola regular, é feito nas instituições públicas e privadas.

“(...) as crianças têm acompanhamento dentro e fora da escola (...). Existem dois profissionais especializados que auxiliam as crianças com NEE, uma vez por semana” (entrevistada SS, anexo 2:122-123).

No caso da criança que é autista, ela tem acompanhamento fora da escola, e também na escola regular.

“Sim, durante as manhãs frequentava uma unidade especializada, beneficiando do acompanhamento da educadora de apoio, psicólogo, terapeuta ocupacional” (entrevistada MF, anexo 2:103).

“Uma Educadora de Apoio, uma tarde por semana” (entrevistada MF, anexo 2:103).

Também é salientado numa entrevista que muitas crianças têm acompanhamento fora da escola, mas isso depende das condições económicas da sua família.

“Sei que algumas crianças possuem acompanhamento fora da escola, algumas porque o profissional não se desloca à instituição e em outros casos,

depende um pouco das condições económicas dos pais/encarregados de educação, porque nem sempre se consegue um apoio gratuito para essas crianças” (entrevistada RN, anexo 2:128).

Os Educadores de Infância trocam informações com os técnicos do ensino especial, como se pode verificar pela análise das entrevistas. Para isso são realizadas reuniões entre a equipa educativa para que se tratem todo o tipo de assuntos, para que o trabalho seja executado de uma forma integradora e facilitadora para todos. Esta troca de informações é essencial e de extrema importância, pois a escola é um todo, e todos os que estão inseridos nesse meio, devem comunicar entre si.

“Sim, essa troca é fundamental” (entrevistada RC, anexo 2:108).

“Sim, com toda a equipa eram realizadas reuniões periódicas e sempre que considerássemos necessário ” (entrevistada MF, anexo 2:103).

“O técnico de educação especial comunica e reúne com o educador” (entrevistada SS, anexo 2:124).

Através das entrevistas verifica-se que existe, em todos os casos, a transição de informação para o 1º ciclo, tanto das crianças com ou sem NEE. Essa troca de informações é muito relevante para a continuidade do percurso escolar da criança. Trata-se também de uma forma do professor estar informado sobre as capacidades e necessidades de cada criança para poder dar uma melhor orientação e apoio a cada criança.

“Sim, fazemos sempre uma reunião com a professora do 1º ciclo para tentar demonstrar alguns aspetos a salientar sobre a criança, tentando que assim seja mais fácil a transição para o 1º ciclo” (entrevistada CG, anexo 2:137).

“No meu entender estas informações devem ser sempre encaminhadas com o decorrer da transição da criança para o 1º ciclo, pois só assim o professor que receber a criança terá um maior conhecimento sobre a mesma e saberá que métodos, estratégias poderá usar para continuar com o bom trabalho” (entrevistada SS, anexo 2:124).

“O processo é encaminhado para a escola e há sempre conversas entre os professores e educadores ao longo do ano nas reuniões (no caso de ficar na escola mais perto do jardim-de-infância) ” (entrevistada RC, anexo 2:108).

5.6 Instrumentos de registo

Foram realçados vários instrumentos utilizados pelas educadoras de infância. O registo é um deles. É muito frequente o uso de grelhas de observação, grelhas de avaliação de desempenho, registos de incidentes críticos, grelhas para as várias necessidades, relatórios individuais, método descritivo, *check lists*, Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e registos fotográficos (muito usados na creche).

“Como educadora do regular utilizava check lists, grelhas de observação, registos de incidentes críticos e várias grelhas construídas para necessidades específicas” (entrevista MF, anexo 2:103).

“ (...) as informações das minhas crianças em grelhas de avaliação (...) também tenho os registos fotográficos” (entrevistada CC, anexo 2:98).

“Registo em grelhas de observação e grelhas de avaliação de desempenho” (entrevistada LC, anexo 2:115).

“ Através do método descritivo” (entrevistada DA, anexo 2:112).

“ (...) o Plano de Desenvolvimento Individual que é um relatório que acompanha o aluno” (entrevistada BF, anexo 2:120).

6. Discussão dos resultados

Hoje ser um educador do ensino especial está relacionado com a evolução e alteração da legislação, na medida em que esta regulamenta um direito a igualdades de oportunidades e uma aprendizagem no mesmo contexto. Assim sendo, cada vez existem mais profissionais a optarem por fazer cursos e formações sobre esta área, para se sentirem mais preparados para a integração dessas crianças com NEE na escola regular. Este caso verifica-se no estudo efetuado, uma vez que se constata que a formação dada aos educadores de infância não é suficiente, ou nem é dada quase nenhuma formação. Isto deve-se ao facto de nos cursos de professores não ser dada grande importância à área de Educação Especial.

“Sinto que ainda não há um alcance maior, devido à falta de informação e preparo dos profissionais da educação” (entrevistada BF, anexo 2:118).

Como se verifica pelas entrevistas, mesmo os que não são do ensino especial obtiveram formação após terminarem o curso de EI, frequentando cursos de formação continua, pós-graduações e mestrados.

“Optei, pois é hoje uma realidade” (entrevistada BF, anexo 2:117).

Esta afirmação mostra que, pelo facto de existirem crianças com NEE na escola regular, alguns optam por estarem preparados para poderem integrar e ajudar todas as crianças.

Com esta investigação, realça-se a valorização e aceitação da integração de crianças com NEE. Sendo a integração uma realidade, é necessária essa aceitação, para ser possível uma melhor adaptação a todas as crianças. É essencial perceber que não é só transmitir que a integração é uma mais-valia para todos os intervenientes no processo educativo. O mais importante é trabalhar para que todos aceitem a diferença e compreendam que será através de um trabalho em equipa que essas crianças serão integradas na escola regular. O sistema educativo tem que ter os recursos físicos e humanos necessários para responderem às NEE de cada aluno. Para se proceder à integração é essencial proporcionar um trabalho em interajuda entre as

crianças e os adultos, para que a “diferença” seja desmistificada e que se perceba que ser “diferente” é uma característica de cada indivíduo.

Na educação pré-escolar e na creche, a constituição das turmas é heterogénea.

“ (...) pesquisas recentes defendem a formação de grupos heterogéneos, isto é, grupos de idades, níveis de desenvolvimento ou níveis socioeconómicos diversificados como pressupostos para a qualidade da EPE” (M.E., 1998:5).

Normalmente no pré-escolar as turmas podem ser constituídas por 25 crianças, se a sala tiver condições para tal. O número de alunos será diferente se existirem alunos com NEE ou sem NEE. Ou seja, quando existem duas crianças com NEE numa turma, o número de alunos não pode ser superior a 20. Esta redução no número de alunos deve-se ao facto de facilitar a interação e aprendizagem entre as crianças

Na minha opinião, e também foi referido nas entrevistas, o problema não está na heterogeneidade das turmas mas sim na quantidade de alunos que dificulta a aprendizagem de todos os alunos com ou sem NEE. Considero que é uma vantagem ter turmas heterogéneas, porque facilita a aprendizagem e interajuda das crianças, umas aprendem com as outras e por norma, as mais velhas apoiam os mais novos, o que constitui um início para que percebam a importância de trabalho em equipa.

Claro que o educador tem que preparar a sua aula, a sua planificação, tendo em conta a sua turma e, sendo heterogénea, não facilita essa preparação. Torna-se um desafio para o profissional, pois exige por parte dele um maior conhecimento e foco em vários pontos. É essencial o educador realizar a planificação com as crianças, porque assim fica informado daquilo que elas querem saber e aprender. Com esta interação as próprias crianças percebem que em cada dia realizam diferentes atividades que são pensadas anteriormente, e assim começam a ter hábitos de organização.

“Planear e avaliar com as crianças. Individualmente, em pequenos grupos ou no grande grupo são oportunidades de participação das crianças e meios de desenvolvimento cognitivo e da linguagem” (M.E., 2007:37).

Como se verifica pelas entrevistas, as estratégias usadas pelos EI são pensadas em relação à sua turma; como é heterogênea, têm em atenção as características do grupo e de cada criança, dando especial atenção ao seu nível de desenvolvimento e à sua faixa etária.

“Há diferentes fatores que influenciam o modo próprio de funcionamento de um grupo, tais como, as características individuais das crianças que o compõem, o maior ou menor número de crianças de cada sexo, a diversidade de idades das crianças, a dimensão do grupo” (M.E., 2007:35).

Os EI usam a estratégia da constituição de grupo, pois facilita a realização das atividades, permitindo dar apoio e orientação necessários a cada um, respeitando o ritmo de cada criança.

“ (...) interação entre crianças em momentos diferentes de desenvolvimento e com saberes diversos, é facilitadora do desenvolvimento e da aprendizagem.(...) o trabalho entre pares e em pequenos grupos, em que as crianças têm oportunidade de confrontar os seus pontos de vista e de colaborar na resolução de problemas (...)” (M.E., 2007:35).

Em relação aos métodos de intervenção, verifica-se através das entrevistas que são comuns entre as diferentes entrevistadas. São usadas as dinâmicas de grupo em que as crianças trabalham em equipa e ajudam os colegas com mais dificuldades, e em conjunto conseguem aprender e chegar ao resultado final. Também é usada a interação, em que as tarefas são realizadas pelas crianças através da comunicação. A afetividade é usada como método na creche, e por uma educadora que considera mais importante, pois é a forma de se sentirem integradas e aceites num grupo.

“ (...) processo educativo de forma integrada (...) que a criança constrói o seu desenvolvimento e aprendizagem (...) em interação com os outros e com o meio”(M.E., 2007:34).

“ (...) o educador proporcione condições para a formação do grupo (...) atenção e respeito pelo outro” (M.E.,2007:36).

A participação da família também é importante, pois trata-se de um membro onde a criança está inserida e, através deste contexto, consegue-se obter muitos conhecimentos sobre cada criança, com a troca de informações com os seus parentes mais chegados. Esta relação entre a escola e a família é uma mais-valia para a educação da criança.

“A educação pré-escolar é um contexto de socialização em que muitas aprendizagens decorrem de vivências relacionadas com o alargamento do meio familiar de cada criança, de experiências relacionais e de ocasiões de aprendizagem que implicam recursos humanos e materiais diversos” (M.E., 2007:34).

É de referir que quando existem crianças com NEE numa turma da escola regular, e não exista um profissional do ensino especial já inserido na sala de aula, é necessário a presença periódica de um profissional da EE, para dar acompanhamento a criança em questão, e para ajudar o EI na preparação da sua planificação. Assim, têm a possibilidade de trocarem informações, de poderem discutir algumas estratégias que facilitem a integração dessas crianças, que sejam vantajosas para toda a turma.

O acompanhamento por parte do EI é feito através de atividades motivadoras, diversificadas e apelativas, atendendo às características individuais de cada criança, fazendo com que haja a interajuda entre todas elas. Para a participação e integração de todas, a melhor estratégia é realizar uma atividade em que cada uma tem que dizer algo, assim todas participam e contribuem para o trabalho em questão.

Como mostra o estudo efetuado, existem vários instrumentos de registo que os educadores de infância utilizam, que diferem de EI para EI, e da creche para o pré-escolar. As grelhas de observação são referidas nas entrevistas, pelo facto de ser um método de registo muito utilizado no pré-escolar e na creche e por ser um método que ajuda e apoia muito o EI. Para realizar outros métodos é necessária a observação para os conseguir realizar, por isso a observação está presente em todo o dia e facilita muito o trabalho do EI. É através dela e de outros métodos que é realizado o processo de cada criança.

O processo individual das crianças com NEE e sem NEE é referido nas entrevistas uma vez que é necessário ter os registos de cada criança, para ter conhecimento de cada uma, e também para no final de cada ano letivo, ser anexado ao seu processo, como forma de informar acerca da evolução ensino-aprendizagem de cada criança. Este processo é fulcral, pois permite a outro profissional que não conhece a criança, ficar conhecer tudo a que ela está relacionado. Também é utilizado para transmitir as informações para o

profissional do outro ensino, como é o caso do primeiro ciclo, de forma de a facilitar a transição da criança para o 1ºciclo, e permitir um melhor trabalho por parte do professor.

“O diálogo e a colaboração entre educadores e professores do 1ºciclo facilitam a transição e uma atitude positiva da criança face à escolaridade obrigatória” (M.E., 2007:91).

Com a análise dos dados pode-se verificar que existe uma homogeneidade na forma como as Educadoras de Infância atuam. Verifica-se que são muito parecidas na forma como exercem as suas funções, e como realizam as suas aulas. Em relação à creche e ao pré-escolar existem algumas diferenças. Visto que na creche as crianças são mais pequenas, não realizam muitas atividades num dia de escola e as atividades são feitas com menor tempo de duração. Dá-se prioridade aos jogos e brincadeiras, para que as crianças tenham uma boa integração e aceitem a separação da família. No pré-escolar as atividades são feitas segundo uma planificação, apesar de se poder realizar alterações ao longo do dia. Neste contexto, as crianças realizam mais atividades, e o objetivo é que cada uma consiga finalizá-las. As educadoras agem e realizam o seu trabalho como aprenderam na sua formação e ao longo da sua experiência como profissional. Claro que existem lacunas e defeitos, que este estudo teve dificuldades em detetar, pois não foram estudadas as competências e as formas de agir das EI, mas sim feitas questões de acordo com as suas práticas e estratégias para integrar as crianças, e principalmente, as crianças com NEE.

7. Conclusões

O estudo apresentado tem como objetivo responder à questão: “quais são as estratégias usadas pelo educador de infância para a integração de crianças com NEE”.

A integração de crianças com NEE na escola regular é uma vantagem para todos os envolvidos no contexto da escola, é uma forma de todos aprenderem uns com os outros, todos terem presente que a “diferença” existe em cada indivíduo, que cada um tem as suas capacidades e necessidades individuais.

A existência de uma turma heterogénea permite ao educador/professor adquirir mais conhecimentos, ter um cuidado na planificação e estratégias da sua aula, trabalhar para que todos tenham sucesso e que seja respeitado o ritmo de cada criança. É importante o educador/professor ter um papel de observador, para ter conhecimento profundo de cada criança, do grupo, dos recursos humanos e materiais, de forma a proporcionar uma maior aprendizagem a todas as crianças.

O educador de infância deve ter a preocupação de ter conhecimentos sobre a educação especial, sobre as NEE, e se for possível, realizar formação para estar mais preparado para poder proporcionar uma aula com êxito para todas as crianças, e para poder responder a todas as necessidades do seu grupo. É essencial que o educador de infância conheça as áreas de desenvolvimento para que todas as crianças sejam trabalhadas, e que tenha conhecimentos sobre as estratégias que pode utilizar para que a inclusão de crianças com NEE seja possível.

Não existe uma receita do que é melhor ou não para a execução do trabalho do educador em relação à integração de crianças com NEE no ensino regular. Trata-se de um processo que envolve toda a equipa de profissionais, a família e a instituição.

A escola não pode afirmar que existe inclusão sem que sejam feitas as devidas alterações e mudanças para que ocorra essa integração. É necessário que o Ministério da Educação tenha um papel ativo visto que é o topo da hierarquia da educação.

As estratégias são diversificadas, pensadas pelo EI para que as crianças adquiram os conhecimentos necessários para a sua vida em sociedade, que tenham a oportunidade de participar e aprender, e que sejam integradas nas atividades, de forma a que as consigam realizar. As atividades são explicadas, para que todas as crianças as compreendam e tenham a possibilidade de tirar as suas dúvidas. Durante a execução da atividade é dado o apoio e orientação a cada criança, o que possibilita ao EI obter mais informações de cada criança e dar os seus feedbacks.

A integração é hoje aceite como uma realidade que é encarada pelos profissionais como sendo vantajosa para toda a comunidade escolar e para a sociedade, apesar de sentirem que a sua formação inicial não é suficiente para prestar o apoio correto a todas as crianças com NEE. Assim, será necessário repensarem a formação dos professores, de maneira a contribuírem para que ela seja valorizada, visto que cada vez mais existe uma turma heterogénea.

Existe um processo individual para todas as crianças, este processo é um trabalho realizado pelo educador ao longo do ano letivo, quando existe acompanhamento para as crianças com NEE, é realizado junto com o profissional do ensino especial. No currículo podem ser feitas algumas alterações, para a melhor integração de crianças com NEE.

Entender e interpretar factos a partir dos seus significados e ambiente são funções que estão sempre existentes na produção do conhecimento, o que contribui para que compreendamos a relevância na utilização de métodos de investigação que permitam e ajudem a ter uma melhor perceção dos problemas, o que pressupõe que exista contacto direto com o objeto de análise, que proporciona uma focagem distinta com a interpretação da realidade (Neves, 1996:5).

Com este estudo consegui obter informações através de outras profissionais de educação, sobre as suas práticas e estratégias, em que são bastante semelhantes.

Em relação ao estudo penso que contribuirá para que as Educadoras de Infância pensem nas suas práticas e reflitam sobre o seu trabalho. Também

mostra que é necessário trabalhar mais na inclusão e formação dos professores, para que tenham conhecimentos para poderem responder a todas as crianças.

É importante trabalhar as estratégias, para serem mais diversificadas, e que exista uma formação complementar que aborde essas estratégias.

Esta investigação teria sido enriquecida pelo recurso ao método da observação, pois permitiria ter contato com o grupo de cada entrevistada e observar o seu trabalho. Assim, observaria as atividades, as estratégias e práticas, o que me permitiria ter uma percepção do processo educativo e das diferenças de métodos de trabalho de cada entrevistada.

Sugiro para outras futuras investigações que complementem as entrevistas com a observação, que realizem algumas conversas com as crianças e com os profissionais de Educação Especial que se deslocam à escola.

Este estudo realçou que a Educação Especial cada vez mais está presente e que os profissionais de educação procuram mais formação, pois sentem necessidade de obter mais conhecimentos sobre essa área. Existem cada vez mais crianças com NEE na escola regular e os professores precisam de ter conhecimentos para usarem estratégias para que respondam a todas. O educador tem que ter sensibilidade e não ter preconceitos para aceitar todo o tipo de NEE. Mas este trabalho só é realizado com sucesso se existir uma boa interligação com os restantes profissionais: é necessário existirem reuniões para que todos em conjunto arranjem soluções para que cada criança tenha uma boa aprendizagem e com êxito. A escola tem que se preparar com recursos físicos e humanos para que exista inclusão das crianças com NEE, e deve ponderar a quantidade de crianças numa turma.

As crianças com NEE devem, então, ter uma inclusão progressiva, contínua, organizada e planeada nos sistemas de ensino. Desta forma, a qualidade de ensino que envolve todos os alunos, quer do ensino especial quer do ensino regular, poderá ser enriquecida. Para isso será necessária uma qualificação crescente e específica dos docentes para o desenvolvimento de

novas práticas educativas e mudança de mentalidades (Bueno, 1999; Martins, 2004: 27).

8. Referências bibliográficas

- Almeida, Isabel C., Carvalho, Leonor, Ferreira, Viviana, Grande, Catarina, Lopes, Sandra, Pinto, Ana I., Portugal, Gabriela, Santos, Paula & Serrano, Ana M. (2011). Práticas de intervenção precoce baseadas nas rotinas: Um projeto de formação e investigação. *Análise Psicológica*, 1 (29), 83-98
- Azevedo, José C., Rodrigues, Carolina C. & Curço, Sumaia F. (2010). Escola cidadã: Políticas e práticas inclusivas. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 18 (2), 1-19.
- Blanco, Nayibe T. (2007). Aula abierta: Un acercamiento a las estrategias didácticas utilizadas en la experiencia curricular. *Ciencias Sociales*, 116 (2), 145-155.
- Boni, Valdete, Quaresma, Silvia J. (2005). Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 1 (3), v.2, 68-80.
- Brickman, Nancy A., Taylor, Lynn S. (1991). *Aprendizagem activa: Ideias para o apoio às primeiras aprendizagens* (Traduzido por Rocha, Edgar Fernando R.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bueno, José G.S. (1999). Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: Generalistas ou Especialistas?. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 3 (5), 7-25.
- Candeias, Adelinda. A. (coord.) (2009). *Educação inclusiva: Conceções e práticas*. Universidade de Évora: CIEP.
- Capucha, Luís (2010). Inovação e justiça social políticas ativas para a inclusão educativa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 1 (63), 25-50.
- Carvalho, Francisco J. (2007). *Escola para todos? A educação de crianças com deficiência na perspectiva da ecologia humana*. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
- Casagrande, Rosana C. (2011). Educação Especial: Diálogo e pluralidade. *Práxis Educativa*, 1 (6), 135-137.

- Charlot, Bernard (2006). A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: Especificidades e desafios de uma área de saber. *Revista Brasileira de Educação*, 11 (31), 7-18.
- Chizzotti, Antonio (2003). A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: Evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, 16 (2), 221-236.
- Ciccone, Albert (2000). *Observação clínica* (Traduzido por Dantas, D.). Lisboa: Climepsi Editores.
- Coll, César, Palácios, Jesus & Marchesi, Álvaro (1995) *Desenvolvimento psicológico e educação: Necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar, volume 3*. Porto alegre: Artes Médicas.
- Company, Montserrat (1999). Una escuela para todos la socialización del alumnado com necesidades educativas específicas (Trad Roderó, José). Celeste Ediciones.
- Correia, Luís M. (1997). *Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares*. Porto: Porto Editora.
- Correia, Luís M. (1999). *Alunos com NEE nas classes regulares*. Porto: Porto Editora.
- Correia, Luís M. (2003). *Educação Especial e Inclusão: Quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo*. Porto: Porto Editora.
- Correia, Luís M. (2008). *Inclusão e necessidades educativas especiais, um guia para educadores e professores*. Porto: Porto Editora.
- Correia, Luís M., Gonçalves, Cândida F. (1993). Planificação e programação em Educação Especial. In Almeida, Leandro S. (Coord.), *Capacitar a escola para o sucesso: Orientações para a prática educativa* (pp. 31-57).
- Costa, Ana. M. B. (1981). Educação Especial, in Silva, Manuela e Támen, Isabel (coord.), *Sistema de Ensino em Portugal, Fundação Calouste Gulbenkian*, Lisboa (pp. 307-354).

- Costa, Ana M.B. (1999). *Uma Educação Inclusiva a partir da escola que temos*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação.
- Cró, Maria L. (1998). *Formação inicial e continua de Educadores/Professores: Estratégias de intervenção*. Porto: Porto Editora.
- Cruz, Susana C.P. (2006). *Educação, igualdade de oportunidades e Inclusão na Escola, na profissão e na sociedade democrática: Uma pesquisa sociológica centrada na experiência escolar e profissional de um grupo de adultos com surdez*. Tese de Mestrado, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Declaração dos direitos da criança, Proclamada pela Resolução da Assembleia Geral 1386 (XIV), de 20 de Novembro de 1959. Retirado em 15 de Fevereiro de 2012 de <http://livrossempo.emsdesign.net/livro2.swf>.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1ª Serie, nº57 de 9 de Março de 1978.
- Decreto-Lei nº301/93, de 31 de Agosto, Diário da República, Serie I-A, nº204 (1993).
- Decreto-Lei nº105/97, de 29 de Abril, Diário da República, Série I-A, nº99 (1997).
- Decreto-Lei nº147/97, de 11 de Junho, Diário da República, Série I-A, nº133 (1997).
- Decreto-Lei nº3/2008, de 7 de Abril, Diário da República, Série I, nº4 (2008).
- Decreto-Lei nº319/91, de 23 de Agosto, Diário da República, Serie I-A, nº193 (1991).
- Decreto-Lei nº344/8, de 11 de Outubro. Retirado em 10 de Maio de 2012 de <http://www.spn.pt/?aba=27&cat=17&doc=380&mid=115>
- Decreto-Lei nº46/86, de 14 de Outubro, Diário da República, Série I, nº237 (1986).

Decreto-Lei nº5/97, de 10 de Fevereiro, Diário da República, Série I-A, nº34 (1997).

Decreto-Lei nº538/79, de 31 de Dezembro, Diário da República, Série I, nº300 (1979).

Decreto-Lei nº6/2001, de 18 de Janeiro, Diário da República, Série I-A, nº15 (2001).

Decreto-Lei nº74/2004, de 26 de Março, Diário da República, Série I-A, nº73 (2004).

Denzin, Norman K., Lincoln, Yvonna S. *Introdução: A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa*. Retirado em Setembro 14, 2012 de <http://imagens.extra.com.br/html/conteudoproduto/12livros/275463/275463.pdf>.

Despacho conjunto nº891/99 de 19 de Outubro, Diário da República, Série II, nº244 (1999).

Despacho nº5220/97, de 4 de Agosto, Diário da República, Série II, nº178 (1997).

Despacho nº7520/98, de 6 de Maio, Diário da República, Série II, nº104 (1998).

Dias, Maria M.C.B.S. (2007). *A utilização da imagem e das tecnologias interactivas nos programas de treino da percepção visual: Um estudo com alunos do 1º ciclo do ensino básico com dificuldades de aprendizagem*. Tese de Doutoramento, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Dionísio, Maria L., Pereira, Iris (2006). A educação pré-escolar em Portugal: Conceções oficiais, investigação e práticas. *Perspetiva*, 24 (2), 597-622.

Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC) (s/d). *Avaliação e intervenção na área das NEE*. Lisboa: Ministério da Educação. Retirado em Março 29, 2012 de <http://www.appdae.net/documentos/manuais/avaliacao.pdf>

- Estrela, Albano (1994). *Teoria e prática de observação de classes (4ª edição)*. Porto: Porto Editora.
- Fabris, Eli H. (2011). In/exclusão no currículo escolar: O que fazemos com os “incluídos”? *Educação Unisinos*, 15 (1), 32-39.
- Felizardo, Diana (1994). *Combater as dificuldades de aprendizagem*. Lisboa: Texto Editora.
- Fernandes, Domingos (1991). Notas sobre os paradigmas de investigação em educação. *Noesis*, (18), 64-66.
- Fonseca, Vitor (1989). *Educação Especial: Programa de estimulação precoce*. Editorial Notícias.
- Gaitas, Sérgio, Morgado José (2011). Educação, diferença e psicologia. *Análise Psicológica*, 2 (28), 359-375.
- Garcia, Carlos M. (1999). *Formação de professores para uma mudança educativa* (Traduzido por Narciso, Isabel). Porto: Porto Editora.
- Gisi, Maria L., Ens, Romilda T. & Eyng, Ana M. (2010) Políticas educacionais e a representação de estudantes de pedagogia sobre o que é um “Bom Professor”. *Educação, Sociedade & Culturas*, 1 (31), 51-65.
- Grande, Catarina, Pinto, Ana I. (2011). O envolvimento de crianças com necessidades educativas especiais em contexto de creche e de jardim-de-infância. *Análise Psicológica*, 1 (29), 99-117.
- Graue, Elisabeth M., Walsh, Daniel J. (2003). *Investigação etnográfica com crianças: Teorias, métodos e ética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Jardim, Anna C. S., Pereira, Viviane S. (2009). *Metodologia qualitativa: É possível adequar as técnicas de coleta de dados aos contextos vividos em campo?* Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre.
- Leal, Isabel. (2008). *A entrevista psicológica: Técnica, teoria e clínica*. Lisboa: Fim do Século.

- Lei Constitucional nº1/2005, de 12 de Agosto, Constituição da Republica, Série II-A, nº155 (2005).
- Lei nº38/2004, de 18 de Agosto, Diário da República, Série I-A, nº194 (2004).
- Lei nº49/2005, de 30 de Agosto, Diário da República, Série I-A, nº166 (2005).
- Lei nº66/79, de 4 de Outubro, Diário da República, Serie I, nº230 (1979).
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G. & Boutin, G. (1994). *Investigação qualitativa: Fundamentos e práticas* (Trad Reis, Maria J.) Lisboa: Instituto Piaget.
- Manzini, Eduardo J. (s/d). *Entrevista semi-estruturada: Análise de objetivos e de roteiros*. Programa de Pós Graduação em Educação, Unesp, Marília. Retirado em 12 de Julho de 2012 de <http://www.sepq.org.br/Isipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>.
- Martinez, Cláudia M., Pamplin, Renata C. (2005). Professores de crianças com necessidades educacionais especiais: O suporte informacional no cotidiano da escola que busca a “inclusão”. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 11 (1), 67-80.
- Martins, Heloisa H. T. S. (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, 2, v.30, 287-298.
- Martins, Maria F.S. (2005). *Inclusão: Um olhar sobre as atitudes e práticas dos professores*. Tese de Mestrado, Universidade Portucalense, Porto, Portugal.
- MEC/UNESCO (1995). *Diretrizes Educacionais sobre Estimulação Precoce: O portador de necessidades educativas especiais* (Série 3). Brasília: Secretaria de Educação Especial.
- Menezes, Isabel (2010). Educação em Mudança: Contextos, práticas e atores. *Educação, Sociedade & Culturas*, 1 (31), 11-14.
- Ministério da Educação (M.E.) (1998). *Educação pré-escolar: Perguntas e respostas*. Ministério da Educação.
- Ministério da Educação (2007). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. (3ª edição). Lisboa: Ministério da Educação.

- Ministério da Educação (M.E.) (2008) *Educação Especial: Manual de apoio à prática*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Neves, José L. (1996). Pesquisa qualitativa: Características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisa em Administração*, 3 (2), v.1, 1-5.
- Nielsen, Lee Brattland (2003). *Necessidades educativas especiais na sala de aula: Um guia para professores*. Porto: Porto Editora
- Perin, Andréa E. (2010). Estimulação precoce: Sinais de alerta e benefícios para o desenvolvimento. *Revista de Educação do IDEAU*, 5 (12), 1-13.
- Pimentel, Júlia S., Correia, Nélia R. & Marcelino, Susana (2011) A avaliação das práticas como contributo para a promoção da qualidade dos programas de intervenção precoce. *Análise Psicológica*, 1 (29), 47-65.
- Queiroz, Danielle T., Vall, Janaina., Souza, Ângela M. A.& Vieira, Neiva F. C. (2007). Observação participante na pesquisa qualitativa: Conceitos e aplicações na área da saúde. *Revista enfermagem UERJ*, 15 (2), 276-283.
- Quivy, Raymond, Campenhoudt, Luc Van (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Relatório mundial sobre a educação (2000). *O Direito à Educação: Uma educação para todos durante toda a vida*. Lisboa: Edições ASA.
- Rodrigues, David (1991). *Métodos e estratégias em Educação Especial*, v.1. Faculdade de Motricidade Humana.
- Rodrigues, David (Org.) (2001). *Educação e diferença: Valores e práticas para uma educação inclusiva*. Porto: Porto Editora.
- Rodrigues, Pedro (1993). A avaliação curricular. In Estrela, Albano & Nóvoa, António. *Avaliações em Educação: Novas perspectivas* (pp. 15-76). Porto: Porto Editora.
- Santos, Paula, Portugal, Gabriela, Libório, Ofélia, Figueiredo, Aida, Abrantes, Natália, Silva, Carlos & Góis, Sónia (2011) Um sistema de

- acompanhamento das crianças (SAC) em jardim-de infância: Uma via para a diferenciação pedagógica e inclusão. *Análise Psicológica*, 1 (29), 135-147.
- Schneider Roseleia. Inclusão do aluno com necessidades educativas especiais no ensino regular: Um desafio para o educador. *Revista de Ciências Humanas*, 1-12. Retirado em 16 de Abril de 2012 de http://www.sicoda.fw.uri.br/revistas/artigos/1_5_49.pdf.
- Silva, Maria O.E. (2009). Da exclusão à inclusão: Concepções e práticas. *Revista Lusófona de Educação*, 1 (13), 135-153.
- Siraj-Blatchford, Iram. (2004). *Manual de desenvolvimento curricular para a educação de infância* (Traduzido por Almeida, Paula). Lisboa: Texto Editora.
- Sousa, Jesus M. (s/d). Investigação em educação: Novos desafios. Universidade da Madeira. Retirado em 7 de Julho de 2012 de <http://www3.uma.pt/jesusousa/Publicacoes/5Investigacaoemeducao.PDF>.
- Souza, Joseilda S., Bonilla, Maria H. (2009). Exclusão/inclusão: Elementos para uma discussão. *Liinc em Revista*, 5 (1), 133-146.
- Teis, Denize T., Teis, Mirtes A. (s/d). A abordagem qualitativa: A leitura no campo de pesquisa. Retirado em 7 de Julho de 2012 de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/teis-denize-abordagem-qualitativa.pdf>.
- Textos de Educação (TE) (1993). *Encontro sobre educação pré-escolar*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- UNESCO (1994). *Educação para todos: Declaração de Salamanca, Área das Necessidades Educativas Especiais*. Salamanca: UNESCO.
- Vayer, Pierre, Roncin, Charles (1992). *Integração da criança deficiente na classe*. Lisboa: Horizontes Pedagógicos.
- Verstegen, Deborah A. (2011), Public education finance systems in the United States and funding policies for populations with Special Educational Needs. *Education Policy Analysis Archives*, 19 (21), 1-30.

Walber, Vera B., Silva, Rosane N. (2006). As práticas de cuidado e a questão da deficiência: Integração ou inclusão?. *Estudos de Psicologia*, 23 (1), 29-37.

Washburn-Moses, Leah (2010). Rethinking mentoring: comparing policy and practice in special and general education. *Education Policy Analysis Archives*, 18 (32), 1-22.

Anexos

Guião e Transcrição das entrevistas

Anexo 1

Guião de entrevista

Guião de entrevista

Tema: As práticas de intervenção utilizadas pelo educador

1. Quais são as suas habilitações académicas?
2. Trabalha como educadora de infância há quantos anos? E na área de educação especial?
3. Como profissional teve ou tem alguma formação na área de educação especial? Se sim qual?
4. Já tinha conhecimentos sobre a educação especial?
5. Optou por ser educadora no ensino especial, porquê?
6. Como vê com a integração de crianças com NEE na escola regular? Porquê?
7. O sistema escolar está adequado para integrar essas crianças?
8. Existem algumas dificuldades em ter uma turma heterogénea? Quais?
9. Por quantas crianças é constituída a sua turma? Quantas delas são crianças com NEE? Compreendidas entre que idades?
10. Existe um processo individual para as crianças com NEE?
11. Em relação à sua planificação. Como planifica as atividades para poder integrar toda a turma?
12. Que estratégias utiliza?
13. Diversifica as estratégias para que toda a turma esteja integrada?
14. Utiliza alguns métodos de intervenção que facilitam a integração dessas crianças?
15. Teve formação para saber quais as estratégias que deve utilizar com as crianças com NEE?
16. Como estimula a participação das crianças com NEE nas atividades?
17. Como lida com os conflitos das crianças com NEE com as restantes crianças?
18. As crianças com NEE têm algum acompanhamento fora da escola?
19. Existe algum profissional na área de educação especial que se dirige à escola para dar acompanhamento à criança?
20. Há troca de informações entre você e o técnico de educação especial?
21. Como profissional de educação especial como regista a informação da criança? Usa algum instrumento de registo?

22. As informações sobre a criança são encaminhadas para a transição para o 1ºciclo?

Anexo 2

Transcrição das 10 entrevistas

1º Entrevista

Entrevistada: CC

Realizada no dia 16 de Junho de 2012, das 10h às 10h25m, na residência da entrevistada.

MS	Bom dia.
CC	Bom dia.
MS	Como já lhe tinha falado, a entrevista vai ser realizada para o estudo da minha dissertação do mestrado de ciências de educação. Serão realizadas várias entrevistas a Educadoras de Infância, com o objetivo de obter informações sobre a Educação Especial, e principalmente sobre as práticas utilizadas por elas. Como lhe tinha dito anteriormente, o seu nome será usado por siglas, para manter o anonimato. Portanto, quais são as suas habilitações académicas?
CC	Eu tenho licenciatura em Educação de Infância.
MS	Foi feita em que universidade?
CC	Na Escola Superior de Educação de Viseu.
MS	Certo, foi feita durante 4 anos?
CC	Sim, foi feita antes do processo de Bolonha.
MS	Há quanto tempo trabalha como Educadora de Infância?
CC	Há dois anos.
MS	Já trabalhou no ensino especial?
CC	Nunca trabalhei no ensino especial.
MS	Como profissional teve ou tem alguma formação na área de Educação Especial?
CC	Não.
MS	Não teve formação, mas já tinha alguns conhecimentos sobre a Educação Especial?
CC	Sim adquirir conhecimentos, durante o curso. Porque tive aulas de necessidades educativas especiais, num

	semestre.
MS	Correto, somente através dessa disciplina é que teve alguns conhecimentos. (CC:SIM) . Então não optou por ser educadora no ensino especial?
CC	Pois não optei.
MS	Mas já pensou ou até é do seu interesse aprofundar essa área, ou até realizar uma formação contínua?
CC	Sim já pensei, queria fazer um mestrado, talvez farei nessa área, porque é necessário estarmos informados e termos conhecimentos para poder responder a todas as crianças.
MS	Em relação a integração de crianças com NEE na escola regular qual é a sua opinião? O que pensa?
CC	Acho bem, pois parece-me que a interação entre as crianças será vantajosa para os dois lados. Aprendem uns com os outros, importa é mudar mentalidades. Será importante também reduzir o número de crianças por sala, pois as crianças NEE precisam, apesar de tudo, uma atenção especial e condições para que se possam desenvolver física e cognitivamente de forma saudável.
MS	Pois mas para essa integração ser possível, é necessária a colaboração de todos, e principalmente do sistema escolar. Na sua opinião o sistema escolar está adequado para integrar essas crianças?
CC	Atualmente penso que não, e acho que cada vez será pior, pois querem aumentar os grupos. Acho que não será vantajoso. São necessárias muitas alterações, para elas serem mesmo integradas.
MS	Para si, existem algumas dificuldades em ter uma turma heterogénea?
CC	Acho que não, desde que o educador adapte as atividades.
MS	A sua turma é heterogénea? Por quantas crianças é constituída e idades?

CC	Não é muito, porque as idades das crianças são compreendidas entre 1 e 2 anos, e a turma é de 19 crianças. Por isso é diferente do pré-escolar em que as idades são muito diferentes. Na creche por norma é usado turmas homogéneas. (MS: Tem alguma criança com NEE?) Não.
MS	Existe um processo individual para as crianças com NEE? E sem NEE?
CC	Penso que sim, porque é realizado um processo para cada criança, seja com NEE ou sem NEE.
MS	Agora vamos falar um pouco, sobre a planificação, as atividades e estratégias. Em relação à sua planificação. Como planifica as atividades para poder integrar toda a turma?
CC	Nestas idades são poucas as atividades a realizar. É muito importante adquirirem regras, rotinas e hábitos de higiene. Por isso vão muitas vezes por dia ao bacio, para poderem largar a fralda. Mas as atividades são planeadas de maneira a que cada criança faça e colabore, ou seja, optei por fazer maioritariamente atividades individuais, pois deparei-me que, quando trabalhava em grande grupo, a maioria dispersava.
MS	E em relação às estratégias, quais as que utiliza?
CC	Histórias (imagens, fantoches, dramatizações), pinturas (onde se possam sujar), manipulação de diferentes materiais e objetos, jogos, músicas (muitas), etc... Nestas idades tudo era novidade e tudo os motiva, mas sempre por muito pouco tempo.
MS	Então diversifica as estratégias para que toda a turma esteja integrada? Certo?
CC	Sim. Acho muito importante a diversificação das estratégias e atividades.
MS	Utiliza alguns métodos de intervenção que facilitem a

	integração dessas crianças?
CC	(ficou pensativa) Como não tenho crianças com NEE, não uso, e como o meu grupo são crianças muito pequenas, eu para as integrar na escola, é através da afetividade e dando muita atenção a cada uma, para que se sintam mais familiarizados com a creche.
MS	Pois, compreendo, como não utiliza. Teve alguma formação para saber quais as estratégias que deve utilizar com as crianças com NEE?
CC	Como já tinha referido anteriormente tive durante o curso, mas penso que não foi a suficiente. Foi uma disciplina dada só num semestre, não deu para aprofundar muito.
MS	Em relação à participação, como estimula para a participação das crianças com NEE nas atividades?
CC	Não tenho crianças com NEE, mas estimulava da mesma forma que faço com as restantes. É importante que todas participem, apesar que nas idades que eu tenho é diferente, faço atividades e realizo-as de forma a que todos participem, mas o mais importante é o brincar nestas idades.
MS	E quando as suas crianças têm conflitos como lida com isso?
CC	Acontece às vezes, pois são pequenos e estão a descobrir tudo, mas falo com eles, não é fácil, mas com paciência, calma e com afeto tudo se consegue.
MS	Na sua escola, sabe se as crianças com NEE das outras salas têm algum acompanhamento fora da escola?
CC	Penso que não, mas sei que se dirige um profissional à escola.
MS	E existe troca de informações entre o educador e o técnico de educação especial?
CC	Penso que existirá, porque sei que são realizadas reuniões com esses profissionais.

MS	Como profissional de educação como regista a informação das crianças? Usa algum instrumento de registo?
CC	Eu registo as informações das minhas crianças em grelhas de avaliação, umas que entrego aos pais e outras que ficam no processo de cada criança. Tenho também os registos fotográficos.
MS	Sabe se essas informações depois serão encaminhadas para a transição para o 1ºciclo?
CC	Como referi o meu grupo tinha 1/2 anos, mas penso que a informação transita, aliás na minha opinião não faz sentido que assim não seja. Transita para as educadoras do pré-escolar no meu caso, e posteriormente será encaminhado para as do 1ºciclo.
MS	Gostaria de saber se queria acrescentar alguma informação. (CC: Não, penso que já disse tudo.) Tenho que lhe agradecer a disponibilidade e a contribuição para a realização da minha tese de mestrado.
CC	De nada, foi um prazer.

2º Entrevista

Entrevistada: MF

Realizada no dia 16 de Junho de 2012, das 11h15 às 12h05m, na residência da entrevistada

MS	Bom dia.
MF	Bom dia.
MS	Como já lhe tinha falado, a entrevista vai ser realizada para o estudo da minha dissertação do mestrado de ciências de educação. Serão realizadas várias entrevistas a Educadoras de Infância, com o objetivo de obter informações sobre a Educação Especial, e principalmente sobre as práticas utilizadas por elas. Como lhe tinha dito anteriormente, o seu nome será usado por siglas, para manter o anonimato. Para começar, queria saber quais são as suas habilitações académicas?
MF	Eu tenho licenciatura em Educação de Infância e Mestrado em Sociologia da Infância.
MS	Foi feita em que universidade?
MF	Universidade de Coimbra.
MS	Desculpe, os dois graus?
MF	Não, o mestrado foi na universidade do Minho.
MS	Exato, e trabalha há quanto tempo como educadora de infância?
MF	Estou formada desde Julho de 2001. Trabalhei cerca de 9 anos e meio como educadora.
MS	Muito bem, já tem bastante experiência. E no ensino especial trabalhou quanto tempo?
MF	Trabalhei quatro meses. Tenho pouca experiência.
MS	Mas, teve ou tem alguma formação na área de educação especial?
MF	Apenas tive uma disciplina sobre “NEE” dois semestres durante a licenciatura.

MS	Mas já tinha conhecimentos sobre a Educação Especial?
MF	Penso que todos nós temos um pouco de conhecimento sobre a educação especial, ainda que sejam adquiridos de uma forma “informal”... pela observação e análise do quotidiano, e não estou apenas a falar do quotidiano escolar, estou a pensar num âmbito mais alargado, das conversas de café, ou entre amigos, da leitura e visualização de reportagens, na leitura de artigos científicos...
MS	Correto, vai se aprendendo através dos <i>media</i> também. Então não optou por ser educadora no ensino especial?
MF	Certo, não sou. Mas sei que tenho que estar informada e preparada para receber crianças com NEE na escola regular, como já me aconteceu.
MS	Claro os educadores têm que estar preparados, pois é uma realidade. Gostaria de saber a sua opinião sobre integração de crianças com NEE na escola regular?
MF	Tive a experiência de ter uma criança com NEE. Enquanto educadora contratada, do ensino regular, fui colocada numa escola, com um grupo de 18 crianças, 1 das quais autista. Essa criança durante as manhãs estava integrada numa unidade especializada, beneficiando de terapias e apoios de uma equipa multidisciplinar; no período da tarde estava integrada no meu grupo. Foi uma excelente experiência, que em muito se deve à comunicação que a educadora de apoio fazia com todos os profissionais que trabalhavam com esta criança. Considero que todos beneficiaram desta integração, todos se tornaram mais conscientes das suas próprias potencialidades e fragilidades, todos se tornaram mais tolerantes. (MS: Trabalha para o ministério da educação?) Sim trabalho.
MS	Na sua opinião o sistema escolar está adequado para integrar essas crianças?

MF	A minha curta experiência não me permite uma análise muito abrangente, devo no entanto referir que a realidade que anteriormente referi penso que, com uma boa coordenação por parte de todos, esta criança teve uma boa integração.
MS	Para si existem algumas dificuldades em ter uma turma heterogénea?
MF	Não diria heterogénea, mas sim numerosa... nem sempre podemos dar toda a atenção que todos necessitam. Mesmo quando a turma é mais reduzida, pelo facto de existir crianças com NEE na turma, não é facilitador, porque é necessário responder a todas as crianças. Penso que uma turma de 25 crianças (que normalmente é o que constituída) quando não há crianças com NEE é demasiado grande para dois adultos.
MS	Como já referiu anteriormente a sua turma é constituída por 18 crianças e uma é com NEE, e são compreendidas entre que idades?
MF	Sim, é entre os 3 e 6 anos.
MS	Como tem uma criança com NEE, existe um processo individual para ela?
MF	Sim, quando fui colocada, ele estava já feito, foi-me mostrado e explicado pela educadora de apoio e foi atualizado, até ao final do ano, por todos os intervenientes no processo educativo.
MS	E as restantes crianças também usufruem de um processo individual ou como é feito?
MF	Sim cada criança tem um processo individual, mas o processo para a criança com NEE, tens umas alterações para responder às suas características.
MS	Em relação à sua planificação. Gostaria de saber como planifica as atividades para poder integrar toda a turma?
MF	Como esta criança apenas estava connosco no período

	da tarde, implementei uma rotina que, no período da tarde não tivesse tempos de concentração, ou seja, de estarem sentados, com tempos muito longos, privilegiei a manipulação, os jogos de cooperação, e atividades em subgrupos (que são pequenos grupos).
MS	E em relação as estratégias que utiliza?
MF	As estratégias que utilizei com esta criança foram sempre muito refletidas e debatidas com a educadora de apoio, tendo sempre em vista os objetivos que nos propúnhamos atingir. Necessitámos também de envolver a mãe e família em algumas tarefas, para obter uma generalização dos comportamentos a diferentes contextos.
MS	O envolvimento da família é uma boa estratégia, visto que a criança desenvolve a partir dele também, e a sua participação é uma mais-valia para a escola. Gostaria de saber como diversifica as estratégias para que toda a turma esteja integrada?
MF	Sim... aliás, mais do que diversificar eu diria que a adequação das estratégias a todos e cada um é fundamental, para que se consiga integrar toda a turma e usar estratégias para todos terem a oportunidade de participar e aprenderem.
MS	E utiliza alguns métodos de intervenção que facilitam a integração dessas crianças?
MF	O afeto, o construir uma relação em interação. Sem receitas ou modelos porque é algo que se constrói e fortalece a cada dia. Ganhamos confiança, percebemos o papel e reação do outro. É como ensina o Sait-Exupery no “Príncipezinho”: “ (...) é preciso criar laços, e esses laços não se forçam ou criam instantaneamente. Eles criam-se...”.
MS	Mas, teve alguma formação para saber quais as estratégias que deve utilizar com as crianças com NEE?

MF	Apenas a disciplina da licenciatura, as leituras e investigação que, inevitavelmente fiz e as conversas com a educadora de apoio. As conversas e trocas de informação com a educadora são de extrema importância.
MS	Já disse que usava estratégias para que todas participem, mas eu queria saber como estimula a participação das crianças com NEE nas atividades?
MF	Da mesma forma que as outras crianças... atendendo às suas necessidades e especificidades. Explicando a atividade perto, de forma breve e clara, exemplificando, procurando que observem antes de poder “corresponder”... e sobretudo reforçando todos e cada um dos êxitos.
MS	E quando acontecem conflitos entre as crianças com NEE e as restantes crianças, como lida?
MF	Não me recordo de terem ocorrido! Mas reagiria da mesma forma como as restantes, através do diálogo.
MS	A criança com NEE tem algum acompanhamento fora da escola?
MF	Sim, durante as manhãs frequentava uma unidade especializada, beneficiando do acompanhamento da educadora de apoio, psicólogo, terapeuta ocupacional...
MS	Mas fora esse acompanhamento, exterior à escola, tinha um profissional na área de educação especial que se dirige à escola?
MF	Uma Educadora de Apoio, uma tarde por semana.
MS	Existe troca de informações entre você e o técnico de educação especial?
MF	Sim... com toda a equipa eram realizadas reuniões periódicas e sempre que considerássemos necessário.
MS	Como profissional como regista a informação da criança?
MF	Como educadora do regular utilizava <i>check list's</i> , grelhas de observação, registos de incidentes críticos e várias

	grelhas construídas para necessidades específicas.
MS	As informações sobre a criança são encaminhadas para a transição para o 1ºciclo?
MF	Penso que sim, que o processo de cada criança será encaminhado para a escola do 1ºciclo.
MS	Gostaria de saber se queria acrescentar alguma informação. (MF: Não, mas se poder ajudar em mais alguma coisa, estou disponível). Tenho que lhe agradecer a disponibilidade e a contribuição para a realização da minha tese de mestrado.
MF	De nada, espero ter ajudado.

3º Entrevista

Entrevistada: RC

Realizada no dia 16 de Junho de 2012, das 13h às 13h26m, na residência da entrevistada.

MS	Bom dia.
RC	Bom dia.
MS	Como já lhe tinha falado, a entrevista vai ser realizada para o estudo da minha dissertação do mestrado de ciências de educação. Serão realizadas várias entrevistas a Educadoras de Infância, com o objetivo de obter informações sobre a Educação Especial, e principalmente sobre as práticas utilizadas por elas. Como lhe tinha dito anteriormente, o seu nome será usado por siglas, para manter o anonimato. Portanto, para começar, quais são as suas habilitações académicas?
RC	Eu tenho licenciatura em Educação de infância e Pós-graduação em Educação Especial.
MS	Foi feita em que universidade?
RC	Foi feita na Escola Superior de Educação no Pólo de Lamego (MS: E a pós-graduação também?) Não, foi na Universidade Católica no Porto.
MS	E portanto, trabalha como educadora há quanto tempo?
RC	Eu trabalho há 2 anos.
MS	E no Ensino Especial?
RC	Na área da Educação Especial há 6 meses.
MS	Como referiu tem uma pós-graduação na área de educação especial, e tem mais alguma formação?
RC	Sim, através de uma disciplina na universidade durante dois semestres e realizei uma pós-graduação na mesma área.
MS	Mas, já tinha conhecimentos sobre a educação especial?
RC	Sim tenho, anteriores à licenciatura só um conhecimento

	reduzido.
MS	Portanto, optou por ser educadora no ensino especial?
RC	Sim optei, porque é bom poder ajudar as crianças com dificuldades, é uma área que me cativa, uma vez que nem todas as pessoas estão disponíveis para trabalhar com crianças “diferentes” (gesto com a mão).
MS	Então, qual é a sua opinião sobre a integração de crianças com NEE na escola regular?
RC	Depende sempre da dificuldade/perturbação das crianças. Por exemplo, as crianças autistas beneficiam de um ambiente mais estruturado como as salas <i>teach</i> antes de poderem frequentar as salas do pré-escolar regular. Em relação às dificuldades é importante a inclusão na sala do regular, para que a criança se sinta acolhida e para que as outras crianças aprendam a lidar com a diferença.
MS	Na sua opinião, o sistema escolar está adequado para integrar essas crianças?
RC	Na minha opinião não está adequado, porque é necessário mudar muitos recursos físicos e haver mais formação para os profissionais.
MS	Para si, existem algumas dificuldades em ter uma turma heterogénea?
RC	Eu considero benéfico ter turmas heterogéneas. Todas as crianças beneficiam com as diferenças de idades, há entreajuda e cooperação entre todas as faixas etárias.
MS	A sua turma por quantas crianças é constituída?
RC	A minha turma tem 17 crianças, em que uma criança tem NEE. (MS: Compreendidas em que idades?) São compreendidas entre os 3 e os 6 anos.
MS	Existe um processo individual para as crianças com NEE?
RC	Sim, existe.
MS	Em relação à sua planificação, como planifica as atividades para poder integrar toda a turma?

RC	Planifico uma atividade com diferentes objetivos de acordo com as faixas etárias e com as dificuldades de cada criança.
MS	Faz em todas as atividades ou numa planificação só uma atividade e que diversifica?
RC	Faço essas adaptações para todas as atividades, todos os dias. Tenho a planificação semanal, em que tenho as atividades para cada dia.
MS	Em relação as estratégias quais as que utiliza?
RC	Depende muito da atividade, mas por vezes coloco algumas crianças (grupos) a trabalhar enquanto outros vão brincar. (MS: Então você utiliza mais como estratégia, a de organização de grupo?)
RC	Sim, acho que é fundamental o trabalho em pequenos grupos, traz mais benefícios para as crianças que estão mais atentas à atividade e consigo fazer um apoio mais objetivo e de maior qualidade.
MS	Então diversifica as estratégias para que toda a turma esteja integrada?
RC	Sim, dentro de cada tópico, como disse anteriormente faço a atividade com diferentes graus de dificuldade, algumas atividades são mesmo diferentes (ex: um puzzle com mais peças para uma criança de 5 anos e outro com menos peças para uma criança de 3).
MS	Em relação aos métodos de intervenção que facilitam a integração dessas crianças, utiliza?
RC	Por vezes realizo atividades de desenvolvimento/atenção para a criança especial enquanto as restantes estão a trabalhar ou a brincar e realizo uma tarefa de tutoria em que uma criança mais velha ou um grupo de crianças fica “responsável” por ajudar a criança especial durante um certo período de tempo.
MS	A sua formação para saber quais as estratégias que deve

	utilizar com as crianças com NEE foi através da pós-graduação?
RC	Sim, e durante a minha licenciatura.
MS	Como estimula a participação das crianças com NEE nas atividades?
RC	Utilizando materiais apelativos, fantoches, tudo o que se possa manipular, trazendo diferentes materiais, apelando à diversidade de materiais.
MS	Em relação aos conflitos das crianças com NEE com as restantes crianças como lida?
RC	De forma igual aos restantes, mas de acordo com a dificuldade da criança, tem de se adaptar. Esta criança defende-se muito e por vezes morde e belisca. Tento apelar ao seu bom senso e por vezes coloco as crianças a pensar no que aconteceu e falo com elas sobre o sucedido e o porquê de não poder voltar a acontecer.
MS	Existe algum acompanhamento fora da escola para essa criança?
RC	No meu caso não. Mas sei que existem crianças que têm.
MS	Então, dirige-se um profissional na área de Educação Especial à escola dar acompanhamento?
RC	Sim dirige-se um técnico.
MS	Existe troca de informações entre vocês os dois?
RC	Sim, essa troca é fundamental.
MS	Como profissional de Educação Especial como regista a informação da criança?
RC	Faço pequenos relatórios para informar os pais, não uso nenhum instrumento de registo em especial. Faco aqueles registos através da observação e sobre o desenvolvimento de cada criança.
MS	Essas informações que são registadas sobre as crianças são encaminhadas para a transição para o 1º ciclo?
RC	O processo é encaminhado para a escola e há sempre

	conversas entre os professores e educadores ao longo do ano nas reuniões (no caso de ficar na escola mais perto do jardim-de-infância).
MS	Gostaria de saber se queria acrescentar alguma informação. (RC: Não.) Tenho que lhe agradecer a disponibilidade e a contribuição para a realização da minha tese de mestrado.
RC	De nada, foi um prazer.

4º Entrevista

Entrevistada: DA

Realizada no dia 16 de Junho de 2012, das 15h10 às 15h37m, na residência da entrevistada.

MS	Bom dia.
DA	Bom dia.
MS	Como já lhe tinha falado, a entrevista vai ser realizada para o estudo da minha dissertação do mestrado de ciências de educação. Serão realizadas várias entrevistas a Educadoras de Infância, com o objetivo de obter informações sobre a Educação Especial, e principalmente sobre as práticas utilizadas por elas. Como lhe tinha dito anteriormente, o seu nome será usado por siglas, para manter o anonimato. Quais são as suas habilitações académicas?
DA	Eu tenho licenciatura em Educação de Infância e Mestrado em Educação Especial no domínio Cognitivo Motor.
MS	Foi feita em que universidade?
DA	Universidade de Aveiro
MS	Sim, e trabalha há quanto tempo como Educadora de Infância?
DA	Trabalho como educadora há 4 anos e na área da Educação Especial, há 2 anos.
MS	Já tinha conhecimentos sobre a Educação Especial?
DA	Já. Através da licenciatura.
MS	Optou por ser educadora no Ensino Especial, porquê?
DA	É uma área de que gosto.
MS	Como vê a integração dessas crianças na escola regular?
DA	Concordo com a inclusão de crianças com NEE, porque mesmo os alunos ditos normais diferem uns dos outros e têm o seu próprio ritmo de trabalho. Todos devem ter os mesmos direitos e deveres.

MS	E o sistema escolar está adequado para essas crianças?
DA	Ainda não, pois cada vez as turmas são maiores, e é necessário recursos humanos para responder a todas as crianças.
MS	Você sente algumas dificuldades em ter uma turma heterogênea?
DA	Sim, sinto dificuldades em trabalhar com os outros educadores, porque nem sempre estão dispostos à “diferença”.
MS	Por quantas crianças é constituída a sua turma e que idades têm?
DA	A minha turma tem 19 crianças, em que duas têm NEE, compreendidas entre os 3 e os 6 anos de idade.
MS	Existe um processo individual para essas crianças?
DA	Todas as crianças têm que ter um processo individual
MS	Em relação à sua planificação, como planifica as atividades?
DA	Elaboro trabalhos diferenciados, tendo em conta as características do aluno e duração da realização da atividade.
MS	E estratégias?
DA	Conhecer a criança e a sua família; realizar atividades diversificadas.
MS	Então, diversifica as estratégias?
DA	Sim, diversifico as atividades e estratégias, acho que é extremamente importante, e é uma forma de motivar as crianças.
MS	Utiliza alguns métodos de intervenção que facilitam a integração dessas crianças?
DA	Sim utilizo, o método de interação, em que desenvolvo tarefas através da comunicação, em que todos têm que falar dos seus colegas de turma, caracterizarem-se, é uma forma de existir interação de criança-grupo e criança-criança. Assim, faço com que haja maior integração e aceitação das diferenças de cada um.

MS	Teve formação para saber quais as estratégias que deve utilizar com as crianças com NEE?
DA	Sim, através do meu mestrado de EE.
MS	Como estimula a participação?
DA	Depende da sua problemática, mas tento sempre que ela participe, muitas vezes com a ajuda dos seus colegas.
MS	Em relação aos conflitos entre elas, como lida?
DA	Faço a criança chegar ao cerne da questão para que consiga perceber o que é certo e o que é errado. Às vezes, reúno a turma para que em conjunto percebam o que aconteceu e arranjam uma solução para o sucedido.
MS	As crianças com NEE têm algum acompanhamento fora da escola?
DA	Sim.
MS	Mas existe algum profissional que se dirija a escola também?
DA	Existe um.
MS	Há troca de informações entre você e o técnico de educação especial?
DA	Sim.
MS	Como regista as suas informações?
DA	Através do método descritivo.
MS	As informações sobre a criança são encaminhadas na transição para o 1ºciclo?
DA	Sim.
MS	Gostaria de saber se queria acrescentar alguma informação. (DA: Não.) Tenho que lhe agradecer a disponibilidade e a contribuição para a realização da minha tese de mestrado.
DA	De nada.

5º Entrevista

Entrevistada: LC

Realizada no dia 16 de Junho de 2012, das 16h30m às 17h00m, na residência da entrevistada.

MS	Bom dia.
LC	Bom dia.
MS	Como já lhe tinha falado, a entrevista vai ser realizada para o meu estudo da minha dissertação do mestrado de ciências de educação. Serão realizadas várias entrevistas a Educadoras de Infância, com o objetivo de obter informações sobre a Educação Especial, e principalmente sobre as práticas utilizadas por elas. Como lhe tinha dito anteriormente, o seu nome será usado por siglas, para manter o anonimato. Quais são as suas habilitações académicas?
LC	Eu tenho licenciatura em Educação de Infância.
MS	Foi feita em que universidade?
LC	Universidade de Aveiro.
MS	De acordo, e trabalha há quanto tempo como Educadora de Infância?
LC	Há três anos.
MS	E no Ensino Especial?
LC	Tenho 1 ano de serviço na Educação Especial.
MS	Portanto, tem formação na área de Educação Especial?
LC	Sim através da minha Pós-Graduação em Educação Especial - domínio cognitivo motor.
MS	Já tinha conhecimentos sobre a educação especial?
LC	Sim, tive um semestre na licenciatura.
MS	Optou por ser educadora no Ensino Especial, porquê?
LC	Sim optei porque gosto, e penso que hoje em dia é necessário poder estar preparada para responder às questões de inclusão e integração de crianças com NEE na

	escola regular.
MS	E como vê essa integração?
LC	A integração de crianças NEE na escola regular é benéfica para estas, pois nas escolas regulares não são diferenciados dos outros e são auxiliados nas necessidades que apresentam.
MS	Para si, o sistema escolar está adequado para integrar essas crianças?
LC	Não está adequado, porque na teoria existe integração das crianças com NEE, mas na realidade, cada vez é número de alunos numa sala é maior, e os professores de Ensino Especial tem dificuldades em conseguir responder a um número elevado de alunos com NEE.
MS	Existem algumas dificuldades em ter uma turma heterogénea?
LC	Para um docente é complicado responder a todas as necessidades educativas de uma turma pois essas podem ser de várias categorias.
MS	Por quantas crianças é constituída a sua turma?
LC	A minha turma é constituída por 20 alunos, em que 2 delas são crianças com NEE. Estas têm entre 3 e 6 anos.
MS	Existe um processo individual para as crianças com NEE?
LC	Sim, é feito para todas as crianças.
MS	Em relação à sua planificação, como planifica as atividades?
LC	Planifico atividades que possam ser realizadas por todos os alunos e que valorizem os pontos fortes de cada um deles.
MS	Em relação às estratégias, quais utiliza?
LC	Estratégias que envolvam as tecnologias de informação e comunicação, atividades práticas e jogos lúdicos com temáticas de aprendizagem.
MS	Então, diversifica as estratégias para que toda a turma esteja integrada?
LC	Sim, penso sempre em estratégias para que todas sejam

	integradas, é de extrema importância.
MS	Utiliza alguns métodos de intervenção que facilitam a integração dessas crianças?
LC	Sim uso. (MS: Quais?) Normalmente sou flexível, através da comunicação, adequo a cada criança, para que elas se sintam integradas e percebam as atividades de forma a obterem sucesso. Uso muito a realização de atividades em pares para que haja interação criança-criança e que se ajudem mutuamente, e no final da tarefa, junto todo o grupo para discutirem entre elas, é uma forma de se sentirem integradas num grupo.
MS	Teve formação para saber quais as estratégias que deve utilizar com as crianças com NEE?
LC	Sim através da pós-graduação.
MS	Como estimula a participação das crianças?
LC	Com reforços positivos e atividades que motivem os alunos a participar e intervir.
MS	Como lida com os conflitos das crianças?
LC	Procuro inicialmente informar toda a turma sobre as diferenças existentes entre todos para que os conflitos que possam existir não tomem grandes proporções e estas sejam resolvidas em diálogo.
MS	As crianças com NEE têm algum acompanhamento fora da escola?
LC	Sim.
MS	Dirige-se um profissional de EE à escola?
LC	Sim dirige-se, uma vez por semana.
MS	Existe troca de informações entre vocês?
LC	Sim.
MS	Como profissional de educação especial como regista a informação da criança?
LC	Registo em grelhas de observação e grelhas de avaliação de desempenho.

MS	As informações sobre a criança são encaminhadas para a transição para o 1ºciclo?
LC	Sim são sempre encaminhadas, de todas as crianças.
MS	Gostaria de saber se queria acrescentar alguma informação. (LC: Não, mas se puder ajudar em mais alguma coisa, esteja a vontade em perguntar.) Tenho que lhe agradecer a disponibilidade e a contribuição para a realização da minha tese de mestrado.
LC	De nada, foi um prazer.

6º Entrevista

Entrevistada: BF

Realizada no dia 16 de Junho de 2012, das 17h25m às 17h58m, na residência da entrevistada.

MS	Bom dia.
BF	Bom dia.
MS	Como já lhe tinha falado, a entrevista vai ser realizada para o estudo da minha dissertação do mestrado de ciências de educação. Serão realizadas várias entrevistas a Educadoras de Infância, com o objetivo de obter informações sobre a Educação Especial, e principalmente sobre as práticas utilizadas por elas. Como lhe tinha dito anteriormente, o seu nome será usado por siglas, para manter o anonimato. Gostaria de saber quais são as suas habilitações académicas?
BF	Eu tenho licenciatura em Educação de Infância
MS	Foi feita em que universidade?
BF	Universidade de Coimbra
MS	De acordo, e trabalha há quanto tempo como Educadora de Infância?
BF	Trabalho como educadora há cinco anos.
MS	E no Ensino Especial?
BF	Trabalho há um ano.
MS	Tem alguma formação na área de Educação Especial? Se sim qual?
BF	Sim, tive cursos específicos sobre educação inclusiva.
MS	Já tinha conhecimentos sobre a Educação Especial?
BF	Sim.
MS	Optou por ser educadora no ensino especial, porquê?
BF	Sim, pois é hoje uma realidade.
MS	Como vê a integração de crianças com NEE na escola

	regular?
BF	Por ser obrigatória, requer melhor preparação dos educadores. Sinto que ainda não há um alcance maior, devido à falta de informação e preparo dos profissionais da educação.
MS	Em relação ao sistema escolar está adequado para integrar essas crianças?
BF	Não está adequado, na minha opinião é necessário um maior apoio por parte de outros profissionais, para se minimizar as dificuldades das crianças. Um dos problemas é que os profissionais do Ensino Especial cada vez passam menos tempo em cada escola para poder responder as diversas turmas e escolas.
MS	Sente algumas dificuldades em ter uma turma heterogênea?
BF	Sim, a educação tradicional a que estamos acostumadas a lidar, trata os alunos de forma padronizada, o que dificulta este trabalho individualizado, atendendo às necessidades de cada aluno. A maior dificuldade é o número excessivo de alunos numa turma, torna-se difícil responder a todas as crianças.
MS	Por quantas crianças é constituída a sua turma? Quantas de NEE?
BF	A minha turma é constituída por 18 alunos, em que 3 são com NEE, dos 3 a 6 anos.
MS	Existe um processo individual para as crianças com NEE?
BF	Sim existe.
MS	Em relação à sua planificação, como planifica as atividades para poder integrar toda a turma?
BF	As atividades são diferenciadas, baseadas no nível de conhecimento e habilidades de cada um.
MS	Em relação às estratégias, quais utiliza?
BF	Depende. As estratégias são diversificadas, dispensa-se

	maior tempo para os alunos com dificuldades, as atividades são realizadas com ajuda dos adultos e jogos, etc.
MS	Portanto, diversifica as estratégias para que toda a turma esteja integrada?
BF	Sim, sempre! Há envolvimento de toda turma, para que consideremos de facto o processo de inclusão e a inserção dos alunos com NEE aos restantes alunos da turma.
MS	Utiliza alguns métodos de intervenção que facilitam a integração dessas crianças?
BF	Geralmente as dinâmicas de grupo ajudam muito este processo de integração, em que os restantes colegas podem ajudar essas crianças.
MS	Teve formação para saber quais as estratégias que deve utilizar?
BF	Não, mas através de formações contínuas e pelas conversas com outros profissionais da Educação Especial.
MS	Como estimula a participação das crianças com NEE nas atividades?
BF	Através da motivação e envolvimento nas atividades.
MS	Como lida com os conflitos das crianças com NEE com as restantes crianças?
BF	Através do diálogo.
MS	As crianças com NEE têm algum acompanhamento fora da escola?
BF	Sim, a escola solicita sempre este acompanhamento, para ajudar no desenvolvimento das crianças.
MS	Existe algum profissional na área de Educação Especial que se dirige à escola para dar acompanhamento à criança?
BF	Sim existe.
MS	Existe troca de informações entre você e o técnico de Educação Especial?

BF	Sempre, é importante.
MS	Como profissional de Educação Especial como regista a informação da criança?
BF	PDI – Plano de Desenvolvimento Individual, é um relatório que acompanha o aluno (explicação da entrevistada).
MS	As informações sobre a criança são encaminhadas na transição para o 1ºciclo?
BF	Sim
MS	Gostaria de saber se queria acrescentar alguma informação. (BF: Não, mas se puder ajudar em mais alguma coisa, diga). Para terminar, tenho que lhe agradecer a disponibilidade e a contribuição para a realização da minha tese de mestrado.
BF	De nada, foi um prazer.

7º Entrevista

Entrevistada: SS

Realizada no dia 17 de Junho de 2012, das 9h30 às 9h58m, na residência da entrevistada.

MS	Bom dia.
SS	Bom dia.
MS	Como já lhe tinha falado, a entrevista vai ser realizada para o estudo da minha dissertação do mestrado de ciências de educação. Serão realizadas várias entrevistas a Educadoras de Infância, com o objetivo de obter informações sobre a Educação Especial, e principalmente sobre as práticas utilizadas por elas. Como lhe tinha dito anteriormente, o seu nome será usado por siglas, para manter o anonimato. Para começar, queria saber quais são as suas habilitações académicas?
SS	Eu tenho licenciatura em Educação de Infância.
MS	Foi feita em que universidade?
SS	Escola Superior de Educação de Viseu.
MS	De acordo, e trabalha há quanto tempo como Educadora de Infância?
SS	Exerço funções de Educadora de Infância sensivelmente há dois anos.
MS	E no ensino especial?
SS	Não tenho experiência nessa área.
MS	Teve ou tem alguma formação na área de Educação Especial?
SS	Não tenho nenhuma formação no que respeita à área de Educação Especial
MS	Mas, já tinha conhecimentos sobre a Educação Especial?
SS	Sim, através da disciplina de NEE integrada no curso durante um semestre, e pelos trabalhos realizados na universidade.

MS	Não optou então por ser educadora no ensino especial?
SS	Não sou, mas gostaria.
MS	Como vê a integração de crianças com NEE na escola regular?
SS	Vejo com bons olhos e sem dúvida que é uma mais-valia tanto para as crianças com necessidades educativas como para as outras. A integração de crianças com NEE numa escola regular deve estar adequada através de uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro das suas necessidades. Desta maneira, os alunos aprendem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem.
MS	Na sua opinião o sistema escolar está adequado para integrar essas crianças?
SS	Não está, mas a meu ver, o sistema escolar está cada vez mais preocupado com o bem-estar destas crianças e com isto há um maior cuidado e uma maior preparação para receber crianças com NEE nas escolas, isto é, há uma maior qualidade no ensino.
MS	Para si, existem algumas dificuldades em ter uma turma heterogénea?
SS	Existem algumas dificuldades em ter uma turma heterogénea e, como tal, seria necessário que as escolas dispusessem de recursos (espaços físicos, professores especializados e outros técnicos) que permitissem um sistema de apoio adequado a estas crianças. Estas dificuldades baseiam-se fundamentalmente no facto de as crianças terem níveis de dificuldades e problemas diferentes.
MS	Por quantas crianças é constituída a sua turma? E tem alguma criança com NEE?
SS	Tenho um grupo de 15 crianças com idades compreendidas entre os 2/3 anos e nenhum delas apresenta necessidades educativas especiais.

MS	Existe um processo individual para as crianças?
SS	Sim existe.
MS	Em relação à sua planificação, como planifica as atividades para poder integrar toda a turma?
SS	Relativamente a esta pergunta planifico tendo em conta os interesses e necessidades do grupo de crianças.
MS	E em relação as estratégias quais as que utiliza?
SS	Uso as estratégias tendo em conta as características do meu grupo e para que todas aprendam. São diversificadas e de forma a que todas possam participar.
MS	Como referiu anteriormente diversifica as estratégias?
SS	Sim, tenho sempre essa preocupação.
MS	Utiliza alguns métodos de intervenção que facilitam a integração dessas crianças?
SS	Relativamente a esta pergunta não utilizo nenhum método específico porque não tenho experiência com crianças com NEE. Mas para facilitar a integração das crianças, brinco bastante com elas e realizo atividades individualizadas, porque a minha turma são bebés.
MS	Teve formação para saber quais as estratégias que deve utilizar com as crianças com NEE?
SS	Sim algumas no decorrer do curso.
MS	Como lida com os conflitos das crianças?
SS	Na minha turma é através do diálogo. (MS: E se tivesse crianças com NEE?) Se tivesse crianças com NEE, agiria da mesma forma.
MS	As crianças com NEE têm algum acompanhamento fora da escola onde trabalha? Sabe?
SS	Na nossa creche, as crianças têm acompanhamento dentro e fora da escola.
MS	Sabe se existe algum profissional na área de Educação Especial que se dirige à escola para dar acompanhamento à criança?

SS	Na creche onde estou a trabalhar existem dois profissionais especializados que auxiliam as crianças com NEE, uma vez por semana.
MS	Sabe se há troca de informações entre o educador e o técnico de Educação Especial?
SS	Relativamente a isso, a informação que tenho é que o técnico de Educação Especial comunica e reúne com o educador.
MS	Como profissional de educação como regista a informação da criança?
SS	Uso grelhas de observação.
MS	Essas informações sobre a criança são encaminhadas para a transição para o 1ºciclo?
SS	No meu entender estas informações devem ser sempre encaminhadas com o decorrer da transição da criança para o 1º ciclo pois só assim, o professor que receber a criança, terá um maior conhecimento sobre a mesma e saberá que métodos, estratégias poderá usar para continuar com o bom trabalho.
MS	Gostaria de saber se queria acrescentar alguma informação. (SS: Não, não tenho mais nada a acrescentar). Tenho que lhe agradecer a disponibilidade e a contribuição para a realização da minha tese de mestrado.
SS	De nada, foi um prazer.

8º Entrevista

Entrevistada: RN

Realizada no dia 17 de Junho de 2012, das 10h15 às 10h40m, na residência da entrevistada.

MS	Bom dia.
RN	Bom dia.
MS	Como já lhe tinha falado, a entrevista vai ser realizada para o estudo da minha dissertação do mestrado de ciências de educação. Serão realizadas várias entrevistas a Educadoras de Infância, com o objetivo de obter informações sobre a Educação Especial, e principalmente sobre as práticas utilizadas por elas. Como lhe tinha dito anteriormente, o seu nome será usado por siglas, para manter o anonimato. Gostaria de saber quais são as suas habilitações académicas?
RN	Eu tenho licenciatura em Educação de Infância.
MS	Foi feita em que universidade?
RN	Escola Superior de Educação de Viseu.
MS	De acordo, e trabalha há quanto tempo como Educadora de Infância?
RN	Trabalho como educadora de infância há 2 anos.
MS	E no ensino especial?
RN	Ainda não exerci na área de Educação Especial.
MS	Como profissional, qual é a sua formação na área de Educação Especial?
RN	Já tive formação na área de Educação Especial. Uma ação de formação ao nível da intervenção precoce. E uma formação de 35 horas cujo nome era “Avaliar e despistar para melhor integrar”, que abrangeu várias problemáticas ao nível das NEE.
MS	Já tinha conhecimentos sobre a Educação Especial?

RN	Sim já tinha alguns conhecimentos, através da disciplina de NEE, integrada na minha licenciatura, e alguns conhecimentos que adquiri através de pesquisa e leitura sobre esses temas.
MS	Portanto, como não é educadora do ensino especial, não optou por ser, correto?
RN	Sim está correto, não optei.
MS	Em relação à integração qual é a sua opinião?
RN	Penso que a integração é um fator positivo. Visto que, devem ser dadas oportunidades a todas as crianças. O modelo de escola inclusiva é fundamental para criar igualdade de oportunidades para as crianças, para que todas alcancem o sucesso, sejam quais forem as suas características individuais.
MS	E em relação ao sistema escolar está adequado para essas crianças?
RN	Penso que atualmente nem todos os estabelecimentos de ensino se encontram preparados para essa integração, tendo em conta fatores estruturais e ao nível da formação dos profissionais de ensino. Considero fundamental, apostar na formação a esse nível, existindo assim, uma maior preparação.
MS	Para si, existem algumas dificuldades em ter uma turma heterogénea?
RN	Não lhe chamaria dificuldades, mas considero que o Educador de Infância terá que ter um trabalho mais diferenciado, ou seja, terá que definir objetivos e implementar estratégias de forma a responder às necessidades do grupo e de cada criança. Para as crianças, considero ser uma boa oportunidade de aprendizagem conviverem com crianças com vários níveis de desenvolvimento, e diferentes características, já que a interação entre elas lhes proporciona várias vivências, logo

	diferentes aprendizagens, como a entreajuda, o cuidado, o respeito.
MS	Por quantas crianças é constituída a sua turma?
RN	Tenho um grupo constituído por 15 crianças, com idades compreendidas entre os 12 e os 36 meses. (MS: Quantas delas são crianças com NEE?) . Nenhuma com NEE.
MS	Sabe se existe um processo individual para as crianças com NEE?
RN	Todas as crianças possuem um processo individual, com todas as informações sobre o seu desenvolvimento ao longo do ano letivo, desta forma uma criança com NEE também possuiria um processo individual.
MS	Em relação à sua planificação, como planifica as atividades?
RN	Planifico atividades com objetivos para cada nível de desenvolvimento, procurando em cada uma delas responder às necessidades de cada criança.
MS	Em relação às estratégias, quais utiliza?
RN	Estratégias que acima de tudo sejam motivadoras para as crianças, e claro que sejam adequadas ao seu nível de desenvolvimento.
MS	Diversifica as estratégias?
RN	Sim, acho que é fundamental diversificar as estratégias. Cada criança possui necessidades individuais, logo uma estratégia não é, à partida, adequada para todas as crianças.
MS	Utiliza alguns métodos de intervenção que facilitam a integração dessas crianças?
RN	Considero que se devem utilizar métodos facilitadores para a integração das crianças, em que através de um método mais individualizado, em que todas as crianças aprendem a respeitar e a ser mais solidários com as crianças com NEE. Realizo atividades em que os colegas ajudam os

	com mais dificuldades.
MS	Teve formação para saber quais as estratégias que deve utilizar com as crianças com NEE?
RN	Sim tive formação para responder a esses casos.
MS	Como estimula a participação das crianças com NEE nas atividades?
RN	Como faço com as restantes crianças.
MS	Como lida com os conflitos das crianças?
RN	Através do diálogo.
MS	Sabe se as crianças com NEE têm algum acompanhamento fora da escola?
RN	Ainda não possuindo nenhuma criança com NEE, sei que algumas crianças possuem acompanhamento fora da escola, algumas porque o profissional não se desloca à instituição e em outros casos, depende um pouco, das condições económicas dos pais/encarregados de educação, porque nem sempre se consegue um apoio gratuito para essas crianças.
MS	Existe algum profissional na área de Educação Especial que se dirige à escola para dar acompanhamento à criança?
RN	Sim existem profissionais que se deslocam à escola para fazer esse acompanhamento.
MS	Sabe se há troca de informações entre o educador e o técnico de Educação Especial?
RN	Sei que existe sempre troca de informação entre a Educadora de Infância e o técnico(a) de Educação Especial.
MS	Usa algum instrumento de registo?
RN	Utilizo as grelhas de observação, em que realizo observação naturalista.
MS	As informações sobre a criança são encaminhadas na transição para o 1º ciclo?

RN	Sim tenho conhecimento que nesses casos, as informações transitam para o 1º ciclo.
MS	Gostaria de saber se queria acrescentar alguma informação. (RN: Não.) Tenho que lhe agradecer a disponibilidade e a contribuição para a realização da minha tese de mestrado.
RN	De nada.

9º Entrevista

Entrevistada: AG

Realizada no dia 17 de Junho de 2012, das 13h15 às 13h42m, na residência da entrevistada.

MS	Bom dia.
AG	Bom dia.
MS	Como já lhe tinha falado, a entrevista vai ser realizada para o estudo da minha dissertação do mestrado de ciências de educação. Serão realizadas várias entrevistas a Educadoras de Infância, com o objetivo de obter informações sobre a Educação Especial, e principalmente sobre as práticas utilizadas por elas. Como lhe tinha dito anteriormente, o seu nome será usado por siglas, para manter o anonimato. Para começar, quais são as suas habilitações académicas?
AG	Eu tenho licenciatura em Educação de Infância.
MS	Foi feita em que universidade?
AG	Universidade de Aveiro.
MS	De acordo, e trabalha há quanto tempo como Educadora de Infância?
AG	Há dois anos.
MS	E no ensino especial?
AG	Na área de ensino especial ainda não trabalhei.
MS	Como profissional teve ou tem alguma formação na área de Educação Especial?
AG	Sim, na componente letiva do curso, um semestre de uma disciplina (necessidades educativas especiais).
MS	Já tinha conhecimentos sobre a Educação Especial?
AG	Sim já tinha.
MS	Então, não optou por ser educadora no ensino especial?

AG	Certo, não sou educadora do ensino especial.
MS	Gostaria de saber como vê a integração de crianças com NEE na escola regular?
AG	Vejo de uma forma positiva tanto para as crianças portadoras de deficiência como para as restantes, pois esta integração “abre” mentalidades e conhecimentos para todas as crianças
MS	E para si o sistema escolar está adequado para integrar essas crianças?
AG	Na minha opinião ainda há muito a fazer.
MS	Para si, existem algumas dificuldades em ter uma turma heterogénea?
AG	Sim, na planificação de atividades.
MS	Por quantas crianças é constituída a sua turma e idades?
AG	A minha turma é constituída por 22 crianças, compreendidas entre os 3 e os 6 anos.
MS	Sabe se existe um processo individual para as crianças com NEE?
AG	Sei que existe pelo que aprendi na minha formação.
MS	Em relação à sua planificação, como planifica as suas atividades?
AG	Planifico de forma a todos poderem aprender e poderem participar, planifico as atividades de acordo com as intenções das crianças, muita das vezes faço uma parte da minha planificação com as crianças, assim já é uma forma de cada uma dar a sua ideia e integrar todas.
MS	E em relação às estratégias quais utiliza?
AG	Reduzir os tempos e duração das atividades para que todos participem, criar atividades que propiciem a informação e originem a necessidade de comunicar, utilizar objetos significativos para a criança de forma a facilitar a sua exploração, etc.
MS	Portanto diversifica as estratégias?

AG	Sim diversifico, tenho essa preocupação porque é uma forma de todos estarem motivados.
MS	Utiliza alguns métodos de intervenção que facilitam a integração dessas crianças?
AG	Não uso, porque não tenho e ainda não tive experiência com crianças com NEE, mas através de atividades em que se valorize a participação da criança com NEE e sem NEE, é uma forma de a integrar e penso que será uma boa intervenção por parte do educador.
MS	Teve formação para saber quais as estratégias que deve utilizar com as crianças com NEE?
AG	Não, acho que a unidade curricular dada na faculdade é só um semestre e não dá para ter uma formação completa de tudo.
MS	Como estimularia a participação das crianças com NEE?
AG	Da mesma forma que faço com a minha turma, através de atividades em que todas possam dar a sua opinião e contributo, de forma a que todas sintam que estão presentes na tarefa.
MS	E em relação aos conflitos das crianças como lida?
AG	De uma forma serena, para que perceba o comportamento com o par e vice-versa.
MS	Sabe se as crianças com NEE têm algum acompanhamento fora da escola?
AG	Não sei, como não tenho crianças com NEE.
MS	Existe algum profissional na área de Educação Especial que se dirige à escola para dar acompanhamento à criança?
AG	Sim, normalmente se existir uma criança numa sala, existe alguém que se dirige à escola.
MS	Sabe se há troca de informações entre o educador e o técnico de Educação Especial?
AG	Sim.

MS	Como profissional de educação como regista a informação da criança?
AG	Através de grelhas de observação.
MS	As informações sobre a criança são encaminhadas na transição para o 1ºciclo?
AG	Sim.
MS	Gostaria de saber se queria acrescentar alguma informação. (AG: Não, mas se precisar de mais alguma informação, diga). Tenho que lhe agradecer a disponibilidade e a contribuição para a realização da minha tese de mestrado.
AG	De nada, foi um prazer.

10º Entrevista

Entrevistada: CG

Realizada no dia 17 de Junho de 2012, das 16h às 16h29m, na residência da entrevistada.

MS	Bom dia.
CG	Bom dia.
MS	Como já lhe tinha falado, a entrevista vai ser realizada para o estudo da minha dissertação do mestrado de ciências de educação. Serão realizadas várias entrevistas a Educadoras de Infância, com o objetivo de obter informações sobre a Educação Especial, e principalmente sobre as práticas utilizadas por elas. Como lhe tinha dito anteriormente, o seu nome será usado por siglas, para manter o anonimato. Para começar, gostaria de saber quais são as suas habilitações académicas?
CG	Eu tenho licenciatura em Educação de Infância.
MS	Foi feita em que universidade?
CG	Escola Superior de Educação de Viseu.
MS	Trabalha há quanto tempo como Educadora de Infância?
CG	Trabalho há 3 anos como educadora e há um ano na Educação Especial.
MS	Portanto, como profissional teve ou tem alguma formação na área de Educação Especial?
CG	A formação que tenho em Educação Especial foi através de uma disciplina que tive durante o meu curso, e uma formação especializada na área de Educação Especial.
MS	Já tinha conhecimentos sobre a Educação Especial?
CG	Sim já tinha alguns.
MS	Certo, mas optou por ser educadora no ensino especial?
CG	Sim, optei, mas quero realizar outra formação na área.
MS	Pois é sempre bom, e ajudará imenso na sua vida

	profissional. (CG: Sim, imenso.) Gostaria de saber como vê a integração de crianças com NEE na escola regular?
CG	Na minha opinião todos têm o mesmo direito a frequentar a escola regular tendo NEE ou não, mas nem sempre isso acontece.
MS	E o sistema escolar está adequado para integrar essas crianças?
CG	Não, porque nem sempre existe alguém que as possa acompanhar a tempo parcial quanto mais a tempo inteiro e muitas escolas não estão adequadas para melhorar a mobilidade, a autonomia e o desenvolvimento dessas crianças.
MS	Para si, existem algumas dificuldades em ter uma turma heterogénea?
CG	Eu não acho que existe dificuldades numa turma heterogénea, até porque estou habituada a trabalhar só com turmas heterogéneas, e acho que podem aprender muito umas com as outras. Por vezes pode ser mais difícil adequar atividades ou explicar alguns temas, mas com a ajuda de todos torna-se mais fácil
MS	Gostaria de saber por quantas crianças é constituída a sua turma?
CG	A minha turma é constituída por 19 crianças e de momento não tenho nenhuma com NEE. (MS: Com que idades?) É entre os 3 e os 6 anos.
MS	Existe um processo individual para as crianças com NEE?
CG	Sim.
MS	Em relação à sua planificação, como planifica as atividades para poder integrar toda a turma?
CG	A minha planificação é feita através do que as crianças querem apreender ou no momento demonstram mais interesse.
MS	Que estratégias utiliza?

CG	Utilizo muito coisas com bastantes cores, fantoches, materiais diferentes para tentar manter as crianças interessadas, motivadas, uso jogos apelativos e que possam ser realizados com a ajuda das crianças, para que todos deem o seu contributo e que assim chame mais a sua atenção quando realizam as tarefas.
MS	Como referiu, então diversifica as estratégias, faz de forma a que toda a turma esteja integrada?
CG	Sim, tento sempre diversificar as estratégias e dar a oportunidade de todas participarem e aprenderem.
MS	Queria saber se utiliza alguns métodos de intervenção que facilitam a integração dessas crianças?
CG	Eu normalmente usava o método de dinâmicas de grupo, em que fazia pequenos grupos. Assim, os colegas ajudavam e apoiavam os colegas com NEE.
MS	Teve formação para saber quais as estratégias que deve utilizar com as crianças com NEE?
CG	Sim, no curso tive uma disciplina onde nos era dado a conhecer as melhores maneiras e estratégias para trabalhar com crianças com NEE.
MS	Queria saber como estimula a participação das crianças com NEE nas atividades?
CG	A participação das crianças com NEE passava sempre por tentar que as outras crianças ajudassem essas crianças e que tentassem ajudar, o que motivava bastante as crianças com NEE.
MS	E como lida com os conflitos das crianças?
CG	Tento sempre explicar as diferenças de uns e outros de forma a que percebam facilmente as limitações de uns e outros tentando assim que não haja conflitos.
MS	Portanto as suas crianças com NEE tinham algum acompanhamento fora da escola?
CG	Não, quando trabalhei com crianças NEE, não tinham.

MS	E existia algum profissional na área de Educação Especial que se dirigia à escola?
CG	Sim, existia um profissional que se dirigia lá, duas vezes por semana.
MS	Havia troca de informações entre você e o técnico de Educação Especial?
CG	Sim, havia sempre de forma a apoiar essa criança.
MS	Como registava a informação dessa criança?
CG	Usava grelhas de observação e fazia relatórios. Mas são os instrumentos que uso para registrar a informação de toda a minha turma.
MS	Estamos quase a terminar, só gostaria de saber se essas informações que regista são encaminhadas na transição para o 1º ciclo?
CG	Sim, fazemos sempre uma reunião com a professora do 1º ciclo para tentar demonstrar alguns aspetos a salientar sobre a criança, tentando que assim seja mais fácil a transição para o 1º ciclo.
MS	Gostaria de saber se queria acrescentar alguma informação. (CG: Não, mas se poder ajudar em mais alguma coisa, diga). Tenho que lhe agradecer a disponibilidade e a contribuição para a realização da minha tese de mestrado.
CG	De nada.